AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 09 | SETEMBRO 2012 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO



PREÇO DOS GRÃOS

decida a hora de vender a produção

EURO | A volatilidade continua

CORREDOR DE NACALA | Oportunidade em Moçambique

O agronegócio é o seguinte

Repercussões da seca nos EUA

APARENTEMENTE, A reação da economia brasileira a estímulos monetários e fiscais, neste momento, é menor e mais defasada em comparação com o passado recente. Até 2008 e 2009, a economia nacional respondia bem e com uma defasagem regular entre 6 a 9 meses a esses estímulos. Isso não tem sido verificado no ciclo recente, pois, apenas um ano depois do início do processo de flexibilidade da política monetária, é que se verificam os primeiros sinais de retomada. De qualquer forma, o ano de 2012 está relativamente definido, com crescimento do PIB abaixo de 2%. A grande dúvida reside agora sobre 2013.

Já a taxa de câmbio é um dos temas com discussões extensas e raros consensos. Os exportadores e os industriais brasileiros não se sentem confortáveis com o atual patamar cambial. No entanto, eles terão de conviver com essa apreciação, pois a taxa de câmbio brasileira permanecerá mais apreciada que a de outros emergentes por um longo período. As famílias poupam pouco e o governo gasta muito para atender às demandas da população. A chegada dos investimentos do pré-sal reforçará essa tendência, e, se os recursos forem bem utilizados, podem ser finalmente uma importante fonte de investimentos.

Na agricultura nacional, diante dos problemas climáticos enfrentados pela agricultura norte-americana, o cenário de preço externo possui reflexo direto sobre a decisão do produtor brasileiro. Em 2012, os resultados obtidos foram muito diferentes em função da época da venda. Isso mostra que o planejamento e a estratégia de venda da produção são tão importantes quanto a compra dos insumos. A recomendação é que o produtor aproveite o bom nível dos preços e venda pelo menos parte da produção. Com isso, reduz-se o risco de erro ao garantir um bom preço médio de venda.

Com início de cultivo em meados deste mês, a sinalização clara para a safra de verão 2012/13 é de expansão expressiva na sojicultura, com redução nas áreas das lavouras de algodão e milho. O comportamento das vendas de insumos constitui um indicador de referência, como no caso de fertilizantes, cujas entregas podem crescer de 1 a 1,2 milhão de toneladas neste ano, segundo sondagem junto às empresas do setor. Isso corresponde a uma expansão da área plantada na ordem de 2 a 2,5 milhões de hectares para a safra 2012/13. Muitos apostam em número maior.

Essa dramática quebra na produção de grãos nos Estados Unidos acontece justamente quando o seu Congresso nacional discute o texto da nova lei agrícola (Farm Bill) para substituir a atual, que expira no final deste mês. Apesar de o Senado ter concluído sua parte, a Câmara dos deputados não definiu seu projeto. A aproximação das eleições de novembro tira o foco dos parlamentares e aumenta o imobilismo do Congresso.

No continente africano, o Fundo Nacala tem como objetivo implementar projetos agroindustriais e de infraestrutura no norte de Moçambique. A região é alvo de colaboração trilateral entre os governos brasileiro, japonês e moçambicano, na execução do projeto ProSavana. A EMBRAPA atua na pesquisa agrícola e a FGV Projetos na execução do Plano Diretor.

Agroanalysis também traz o caderno especial, em que apresenta os 10 anos de existência da Bolsa Brasileira de Mercadorias, concebida para ser a bolsa do agronegócio brasileiro e se tornar o endereço eletrônico para encontro de produtores, cooperativas, exportadores, comerciantes, governo, instituições financeiras e demais agentes interessados na realização de negócios. A tradicional cacauicultura integra a edição com uma análise de suas tendências e perspectivas.

Por fim, neste "Ano Internacional das Cooperativas", temos o prazer de informar que a ***Agroanalysis*** e o Sistema Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) fecharam uma parceria para distribuição de revistas às cooperativas conveniadas e publicação de um caderno especial sobre o tema. Será de grande utilidade para aprimorar o conhecimento e o poder de análise dos dirigentes e técnicos da cooperativa, assim como para orientar os produtores cooperados. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Borba Werner
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Eliseu Alves

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
13 Frases e comentários

Mercado & Negócios

14 Crise Europeia
15 Taxa de câmbio
16 Seca nos EUA
17 Safra 2012/13
21 Biomassa da cana
23 Cacauicultura
25 Fundo Nacala

Agroenergia

27 Cogeração
28 Biodiesel e agricultura familiar

Sustentabilidade

31 Ocupação agrícola
32 Desenvolvimento sustentável

Especial BBM

35 10 anos de existência

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



17 Safra 2012/13

Sustentabilidade



32 Desenvolvimento sustentável

Especial BBM



35 10 anos de existência

Eliseu Alves
Um dos idealizadores da Embrapa, onde, atualmente, é assessor da presidência

Tecnologia e preservação são irmãs gêmeas

Por Paulo Roque

ESTE É um dos recados que Eliseu Alves dá nessa entrevista exclusiva à Agroanalysis. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Viçosa (MG), na turma de 1954, com mestrado e doutorado pela Purdue University, nos Estados Unidos, tem uma relação estreita com a história da pesquisa brasileira na área da produção agrícola. Participou ativamente do grupo que teve a iniciativa de reformar o setor de pesquisa no Ministério da Agricultura, no início da década de 1970, ideia que resultou na criação da Embrapa.

Foi diretor nos seis primeiros anos da Embrapa, presidindo-a entre os anos de 1979 e 1985. Suas atitudes foram decisivas para implantar duas ideias fundamentais na Empresa: a capacitação dos pesquisadores em centros de excelência no exterior e a organização de centros de pesquisa voltados a problemas bem definidos.

O pesquisador foi ainda responsável pelo programa de exportação de frutas desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento da Irrigação do Vale do São Francisco, entidade em que também foi presidente entre 1985 e 1990.

Em 1987, foi incluído no hall da fama das dez mais importantes universidades agrícolas norte-americanas. Entre 1982 e 2003, recebeu mais de dez prêmios de relevância internacional. No Brasil, foram diversas condecorações, entre elas Ordem de Rio Branco, Ordem Nacional do Mérito Científico e o Prêmio Frederico de Menezes Veiga.

Atualmente, Eliseu Alves é assessor da presidência da Embrapa, atuando ativamente nas áreas de política agrícola, desenvolvimento institucional e economia de produção.

AGROANALYSIS Poderia fazer um comparativo entre o Brasil antes e depois da Embrapa?



> “Grande parte da agricultura familiar está à margem da modernização e, por isso, pobre ou muito pobre”

ELISEU ALVES Cerca de 70% do crescimento da agropecuária em nível de porteira é devido à expansão da tecnologia, em grande parte criada pela Embrapa. Antes, todo o crescimento da oferta de alimentos significava mais desmatamento. Hoje, a área agricultável, quando cresce, é sobre pastagens empobrecidas, praticamente sem desmatamentos. Antes, os agricultores administravam terra e trabalho; atualmente, eles incluíram na faina diária imenso arsenal de tecnologia. Estão ligados nos mercados mundiais. Ombreia-se com o que de melhor há nos países desenvolvidos. Ou seja, nossa agricultura é rica de capital humano, físico e tecnológico. Baseia-se na ciência e na tecnologia; no passado, na terra e trabalho tão somente.

AGROANALYSIS Da criação da Embrapa, na década de 70, até o momento atual, quais são os cinco fatos que considera mais importantes na agropecuária brasileira?

ALVES O sucesso do agronegócio; a terra perde poder para explicar o crescimento da agricultura; a tecnologia tornou-se o fator mais importante; o sucesso do agronegócio implica que inexiste um problema de difusão de tecnologia no nível macro e o trabalho ficou escasso na agricultura.

AGROANALYSIS Em sua opinião, quais são os aspectos que devem ser levados em conta nas políticas agrícolas?

ALVES O motor da nossa agricultura

são as exportações. Elas têm que ser a prioridade das políticas agrícolas. A tecnologia é outro motor, assim os investimentos em ciência agrárias têm que continuar crescendo. Grande parte da agricultura familiar está à margem da modernização e, por isso, pobre ou muito pobre. A política agrícola tem que fazer a tecnologia chegar a este grupo, especialmente no Nordeste. Nossa infraestrutura, estradas, portos, burocracia estão erodindo os ganhos de produtividade dos produtores. Esse problema tem que ser resolvido para consolidar o Brasil como potência alimentar. Quanto aos impostos, é um absurdo cobrar impostos sobre alimentos. Isso corresponde a taxar os mais pobres, que consomem 30% do orçamento na compra de comida. Há ainda uma plêiade de impostos que erode a competividade da nossa agricultura.

AGROANALYSIS A difusão de tecnologia ainda é um grande desafio. Como vencê-lo?

ALVES O Brasil é uma potência alimentar impulsionada pela tecnologia, no nível do agricultor e fora da porteira, logo, em nível agregado, não temos um problema de difusão de tecnologia.

Dos 4,4 milhões de estabelecimentos do censo agropecuário de 2006, somente 500 mil produziram 87% do valor da produção. Os outros 3,9 milhões compareceram com somente 13%. Destes, 2,9 milhões responderam por 4%, com uma renda bruta de meio salário mínimo por estabelecimento. Extrema pobreza, portanto. Somente a modernização da agricultura pode resgatar essa população da pobreza. Parte dela tem que se beneficiar de políticas de transferência de renda. Assim, o problema de difusão de tecnologia é da agricultura familiar e exige muitos investimentos e competência dos governos, em todos os níveis.

AGROANALYSIS O êxodo passou pelo seu momento de pico no Brasil?

ALVES No período 2000/2010, ele respondeu somente por 3,5% do crescimento da população urbana brasileira, portanto, pouco expressivo. Contudo, neste período, cerca de 18% da população rural presente em 2000 migrou. Esta taxa foi de 28% para o Sudeste e 25% para o Sul. E de 15% para o Nordeste. Em todo o Brasil, migraram 5,6 milhões, comparados com 10 milhões em 1980/91.

> “Quem concentra a renda nos campos é a tecnologia. A terra não tem mais esse poder”

AGROANALYSIS É possível estancar a concentração de renda no campo?

ALVES Quem concentra a renda nos campos é a tecnologia. A terra não tem mais esse poder. Medida pelo índice de Gini, a concentração tem o mesmo grau para os estabelecimentos de até 100 hectares e para os de mais de 100 hectares. A questão da concentração é, assim, equivalente à falha da difusão de tecnologia em nível de agricultura familiar. Desconcentrar a renda no meio rural equivale a fortalecer a difusão de tecnologia para agricultura familiar, complementado com políticas que facilitem a difusão de tecnologia.

AGROANALYSIS Existe possibilidade para viabilizar a média agricultura?

ALVES Meus estudos indicam que existem agricultores bem sucedidos entre os grandes, médios e pequenos, como existem agricultores que deixaram de remunerar todos os insumos nestas três classes. Logo, a média agricultura já tem forte presença no Brasil. Entre os mencionados 500 mil agricultores, existe muita gente com menos de 100 hectares.

AGROANALYSIS O sistema de integração é uma alternativa para o pequeno produtor?

ALVES Numa economia de elevado risco, consequência de políticas econômicas ou clima, os agricultores, para se defenderem do risco, diversificam a exploração. Mas o preço muito elevado de uma cultura pode compensar o risco, favorecendo a especialização. Assim, a integração é totalmente dependente dos preços relativos. Com o atual preço elevado de grãos, as chances de vingar a integração lavoura-pecuária ficam pequenas.

AGROANALYSIS Como o agricultor pode complementar a sua renda com outras atividades em determinados momentos do ano?

ALVES Hoje, essas oportunidades são amplas, inclusive o trabalho *par time*. Aqui, o empecilho é a legislação trabalhista.

AGROANALYSIS Ainda quanto à renda do produtor, como o senhor vê esse problema no campo? Quais as consequências e quais medidas deveriam ser tomadas?

DIAS Dada a conjuntura de preços relativos, a renda é totalmente dependente da tecnologia, de seu monitoramento e da administração do negócio. Como os agricultores não têm poder sobre os preços, eles têm que saber administrar a tecnologia. Pelo censo de 2006, 500 mil estabelecimentos estão vencendo a batalha da administração, embora muitos deles muito ainda têm que caminhar. Mas esse problema é muito mais sério para a agricultura familiar, e o governo tem um papel indelegável a esse respeito.

AGROANALYSIS A gestão territorial deve fazer parte da política agrícola nacional?

ALVES No sentido de que a política agrícola precisa ser regionalizada, sim. E os territórios precisam ser definidos em função da política agrícola para facilitar sua compreensão pelos agricultores e sua administração.

AGROANALYSIS Tecnologia ou terra explica a evolução da produção agropecuária?
ALVES Até os anos 70, foi a terra. De 70 a 90, tecnologia e terra. Hoje, praticamente só tecnologia.

AGROANALYSIS A rastreabilidade da produção é uma ameaça ou oportunidade para a agricultura?
ALVES Quem puder aderir será beneficiado. Quem não puder enfrentará problemas crescentes e mais complicados.

AGROANALYSIS Por que ainda temos sérios problemas de administração rural, aplicação e monitoramento de tecnologia?
ALVES Porque descuidamos totalmente do assunto. Só se cuida de difundir novas práticas, deixando de lado o negócio e a família.

AGROANALYSIS O Código Florestal: qual a sua opinião?
ALVES Veio para melhorar. É o que foi possível negociar, numa época de fartura de alimentos. Uma crise mundial de alimentos mudará tudo. Assim, os ambientalistas deveriam favorecer a tecnologia moderna, a melhor amiga que têm, porque acabou com a fome, o seu maior inimigo.

AGROANALYSIS Tecnologia e sustentabilidade. Na atividade agropecuária, pode-se separar as duas? Até que ponto uma depende da outra?
ALVES Tecnologia é um conjunto de práticas e ações que redundam na produção. Toda tecnologia produz produto e desgaste para o meio ambiente, e isso é inevitável. Tecnologia sustentável é aquela que minimiza o desgaste. Assim, o crescimento da produtividade da terra, que tem suas raízes na década de 70, salvou milhões de hectares de florestas. Ela teve sua quota de desgaste, mas evitou um mal muito maior. Ou ainda, não há como fugir de fazer trocas, se quisermos alimentar 7 bilhões de pessoas. Temos que ser sensatos para gerar tecnologias mais produtivas, com o menor impacto sobre o meio ambiente e que preservem nossas florestas. Mas zero impacto é uma impossibilidade. A agricultura sempre muda o equilíbrio existente, e a mudança é seu impacto. Assim, tecnologia e preservação são irmãs gêmeas, na ótica de minimizar os desperdícios e estragos ao meio ambiente, sem perder de vista a população brasileira e mundial.

AGROANALYSIS A agricultura energética e a alimentar serão compatíveis no futuro?
ALVES É uma questão de combinar uma cesta de produtos, uns energéticos e outros alimentares. Os preços vão dizer a proporção de cada qual. Se numa conjuntura de preços, o equilíbrio for ruim para o abastecimento interno, as importações são um caminho. Se isso não for conveniente, será preciso recorrer a subsídios de pequena duração. Mas o sensato é aumentar os investimentos em ciência e tecnologia para as culturas alimentares. Proibições são uma insensatez.

AGROANALYSIS Qual a expectativa para o futuro da agropecuária diante da perspectiva do constante aumento da população mundial?
ALVES As expectativas dizem que em 2050 a população para de crescer. Nas Américas, Europa e Oceania, o crescimento é insignificante, como projeção. Ásia e África terão pequeno crescimento. Muitos dizem que chegaremos a 9 milhões ante ao crescimento zero.
O crescimento da população é fonte segura de crescimento da demanda. Se este crescimento estiver associado ao incretemento da renda per capita, é ainda melhor. A menos que aconteçam crises macroeconômicas de longa duração, o futuro é muito bom para a agricultura.

AGROANALYSIS Tecnificar a agricultura, preservar o meio ambiente, desconcentrar a renda agrícola e manter a população no meio rural. Poderia-se dizer que esta é a receita para dar condições ao campo para produzir melhor e com tranquilidade? Por quê?



> “Como os agricultores não têm poder sobre os preços, eles têm que saber administrar a tecnologia”

ALVES A renda agrícola concentrou-se muito, a despeito da redução de desigualdades no tocante à área do estabelecimento. A concentração da renda significa que milhões de agricultores não participaram adequadamente da aventura que é produzir. Nos dias de hoje, desconcentrar a renda é dar acesso à tecnologia moderna, à agricultura familiar, aquela parte ainda não incluída. A batalha de manter a população no meio rural está sendo perdida. Ainda há tempo de reverter. Mas as dificuldades são enormes e o tempo é pouco. Temos que entender qual é o problema, reconhecer que o sistema capitalista dita a dinâmica e partir para a ação. Os países desenvolvidos enfrentaram essa batalha. Eles tiveram pequeno sucesso à custa de bilhões de dólares de subsídios. Temos que aprender com seus erros. ■

Macroeconomia

Sinais de Recuperação

Rogério Mori*

PELA PRIMEIRA vez em meses, começam a surgir alguns sinais de recuperação no ritmo da atividade econômica brasileira. De fato, ao longo do último semestre de 2011, verificou-se uma crescente desaceleração da economia brasileira e o próprio crescimento do PIB ficou um pouco abaixo do esperado no ano passado.

As previsões iniciais eram de que 2012 seria um ano de retomada um pouco mais robusta e apontavam para cerca de 3%. No entanto, o que se registrou no primeiro semestre do ano foi um desaquecimento ainda mais pronunciado, com os dados do PIB revelando uma estagnação econômica como há muito não se via no Brasil nos anos recentes. À medida que essas informações foram constatadas, as previsões para o crescimento brasileiro foram sistematicamente sendo revistas para baixo. As últimas projeções apontam para um aumento do PIB para menos de 2% neste ano.

Curiosamente, desde o início do segundo semestre de 2011, o Banco Central do Brasil vem paulatinamente reduzindo a meta da taxa básica de juros – Selic –, que, neste momento, encontra-se no seu menor patamar histórico desde o lançamento do real em 1995.

Apesar da flexibilização da política monetária ao longo dos últimos trimestres, a reação da economia brasileira foi pífia. Nesse sentido, esperavam-se sinais de alguma retomada ainda no segundo trimestre do ano, o que acabou não ocorrendo de fato.

Em função disso, o governo brasileiro ampliou o leque de instrumentos utilizados para tentar uma reação mais perceptível. Assim, reeditou a fórmula que implementou com sucesso em fins de 2008 e início do ano seguinte para enfrentar os efeitos perversos da crise econômica global. No âmbito desse conjunto de medidas, destacam-se os incentivos fiscais a setores específicos, que voltaram a ser adotados recentemente.

Aparentemente, a reação da economia brasileira a estímulos monetários e fiscais, neste momento, é menor do que no passado recente. Até 2008/09, nossa economia respondia bem e com uma defasagem regular entre 6 a 9 meses a esses estímulos (dependendo do efeito sobre as expectativas dos agentes, até em menos tempo). Isso não tem sido verificado no ciclo recente, pois, apenas um ano depois do início do processo de flexibilização da política monetária, é que tem se verificado os primeiros sinais de retomada.

Logicamente, vários fatores e condicionantes mudaram na economia brasileira nos últimos anos. A intensa apreciação do real em relação às demais moedas faz com que o aumento do consumo das famílias transforme-se em aumento das importações, penalizando a produção brasileira. Não é sem razão que a participação da indústria nacional tenha diminuído enormemente nos anos recentes.

Ao mesmo tempo, as famílias brasileiras encontram-se mais endividadas neste momento do que alguns anos atrás. Boa parte dessas dívidas tem um perfil longo, como a dívida imobiliária, por exemplo. Adicione-se a isso o fato de que as famílias brasileiras também estão comprometendo uma parcela maior da sua renda, neste momento, com os serviços associados à aquisição desses bens. A somatória desses elementos leva a uma menor capacidade de consumo e a uma ampliação do endividamento das famílias. Em outras palavras, o patamar mais alto da dívida das famílias e seu maior comprometimento de renda provocam uma resposta menos efetiva e mais defasada da política fiscal, atualmente.

A esse quadro ainda deve ser somado o ambiente econômico e financeiro global, considerando-se que as tensões financeiras na Europa persistem e a economia norte-americana segue em ritmo lento. Isso significa que o setor externo não representa, neste momento, um vetor de crescimento para a economia brasileira.

Ainda assim, alguns sinais de recuperação da nossa economia começaram a surgir recentemente. Os dados do Banco Central sinalizam para uma retomada do produto brasileiro no segundo semestre do ano e alguns setores da indústria exibem alguns sinais de retomada.

De qualquer forma, o ano de 2012 está relativamente dado e tudo indica que o crescimento do produto deverá situar-se abaixo de 2%. A grande dúvida reside, agora, sobre o ano que vem e, para obter a resposta, os próximos sinais acerca da atividade econômica brasileira serão fundamentais. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

SAFRA RECORDE

A safrinha de milho deve atingir 70 milhões de toneladas. Considerando a projeção de 84 milhões de toneladas de soja, a próxima safra brasileira poderá chegar a 200 milhões de toneladas.


SXC.HU

CRESCIMENTO DA HORTICULTURA


SXC.HU

De acordo com dados fornecidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o setor de horticultura, incluindo produção de flores, frutos e hortaliças, representa hoje 13,4% do Produto Interno Bruto da agricultura nacional, com uma produção que ultrapassa 19 milhões de toneladas e cobre uma área de 810 mil hectares.

QUEBRA DE SAFRA

No último dia 10 de agosto, o governo dos EUA anunciou uma queda de 102 milhões de toneladas na produção norte-americana de milho em função da seca que atinge as lavouras do país.

BRASILEIRO É ELEITO PRESIDENTE WPSA


FOTO: DIVULGAÇÃO

A Associação Mundial de Ciências Avícolas (WPSA, sigla em inglês) passa a ser presidida pelo brasileiro Edir Nepomuceno da Silva, atual presidente da FACTA (Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas). A eleição foi realizada durante o WPC 2012, que aconteceu entre os dias 5 e 9 de agosto no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador. Na ocasião, os membros e representantes dos 81 países que compõem a WPSA elegeram a nova diretoria, que, entre suas funções, será responsável pela organização da próxima edição do evento, que será realizada em 2016, na China.

ESCASSEZ DE GRÃOS PRESSIONA PREÇOS


SXC.HU

A crise na produção de grãos provocada pela seca nos EUA e o excesso de chuvas no norte da Europa provocaram um impacto significativo na produção avícola mundial. A especulação financeira piorou ainda mais a situação, levando os preços de milho e soja para níveis recordes, bem como elevando os preços de insumos alternativos para a produção de ração, como o trigo. A produção avícola consome aproximadamente 44% da oferta mundial de grãos destinados à alimentação animal.

OS PREÇOS DOS GRÃOS NÃO CAIRÃO


SXC.HU

De acordo com a revista *The Economist*, não há qualquer perspectiva de que os preços dos grãos (milho, soja e trigo) caiam até o final do ano. Isso se deve a uma combinação de fatores, que inclui: (i) a pior seca dos últimos 50 anos nos EUA; (ii) seca na Rússia, Ucrânia e América Latina; e (iii) estoques em níveis muito baixos. É pouco provável que o governo norte-americano faça algo para atenuar a subida dos preços dos grãos, pois este é um ano eleitoral e o presidente Barack Obama não vai querer arriscar o apoio que tem em importantes estados produtores, como Michigan e Ohio.

EMBARGO À CARNE BRASILEIRA

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, afirmou, durante a abertura do 11º Congresso Brasileiro do Agronegócio do Brasil, que está próximo de um entendimento em relação ao embargo às exportações brasileiras de carne pela Rússia.


SXC.HU

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Desde o mês de agosto, produtores rurais de 23 municípios do Mato Grosso participam do curso sobre Qualidade de Vida no Trabalho, no âmbito do Soja Plus, programa de gestão econômica, social e ambiental da propriedade rural. O tema central é a capacitação dos participantes para a aplicação da Norma Regulamentadora 31, que rege as atividades ocupacionais nas áreas rurais. Foi distribuído aos participantes o Manual de Normas e Leis sobre Qualidade de Vida no Trabalho, Saúde e Segurança do Trabalhador Rural.

EXPORTAÇÕES CRESCERAM 14,29% EM JULHO

A indústria brasileira de couro exportou US$ 160 milhões em peles e couros no mês de julho de 2012. O valor representa um crescimento de 14,29% em relação ao montante exportado no mesmo período do ano passado. O aumento nas exportações confirma a projeção do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB) de recuperar o recuo de vendas para o mercado externo verificado no primeiro semestre (-2,66%) e, possivelmente, superar 2011 no valor das exportações.


INOR ASSMANN / CICB

PLANO NACIONAL DE ARMAZENAGEM

Grupo de trabalho constituído por representantes do Governo, entidades do setor agropecuário e iniciativa privada reúne-se para discutir estratégias e traçar metas para o setor. O objetivo será a construção do Plano Nacional de Armazenagem, que visa minimizar os gargalos da estocagem do País. A capacidade de armazenagem do Brasil está aquém do tamanho da safra. Além disso, muitas unidades não têm condições de armazenar os grãos sem comprometer sua qualidade.

MAPA PESQUISA VARIEDADES DE CANA


SXC.HU

Durante reunião da Câmara Setorial do Açúcar e do Álcool, no último dia 17 de agosto, em Brasília, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou que está empenhado em desenvolver novas pesquisas na área, em busca de opções viáveis aos produtores. O trabalho, de médio prazo e com metas até 2015, visa o desenvolvimento de variedades produtivas com o objetivo de aumentar a oferta de cana-de-açúcar e gerar mais renda para o agricultor.

CARGILL RECEBE LICENÇA PARA OPERAR EM SANTARÉM

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do estado do Pará concedeu à Cargill Licença de Operação de seu terminal portuário em Santarém (PA) e também Licença de Instalação para realizar a expansão do mesmo. O licenciamento formaliza o parecer técnico da Sema sobre a viabilidade do empreendimento e permitirá à empresa a realização de novos investimentos no terminal. A Cargill vai aumentar a capacidade de armazenagem do terminal, que passará a ter potencial para receber 90 mil toneladas de grãos.



RODOLFO STUCKERT

PARTICIPAÇÃO ATIVA NO EIXO DAS DECISÕES



DIVULGAÇÃO/OCB

O movimento cooperativista brasileiro tem ganhado um espaço cada vez maior na economia brasileira, participando, por exemplo, de 45% da produção agrícola nacional. As conquistas são crescentes e vêm em consequência de uma atuação intensa do setor nos principais debates do País. Esse processo ganhou um reforço importante no último mês. O Sistema OCB conduzirá o fórum das entidades patronais, representantes de vários segmentos econômicos no Legislativo, tendo à frente a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). É com esse olhar atento que o cooperativismo tem acompanhado de perto as discussões sobre o novo Código Florestal, apresentando sugestões que irão impactar positivamente no campo para o produtor cooperado. E esse processo já tem data para terminar. A votação em Plenário deve ocorrer nas próximas semanas e, caso não seja apreciada até o dia 8 de outubro, a Medida Provisória (MP) nº 571/2012, que modifica a Lei 12.651/12, perderá sua eficácia.

Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB

SISTEMA OCB COORDENARÁ FÓRUM DAS CONFEDERAÇÕES

Avançar na discussão de proposições de interesse comum e fortalecer a atuação legislativa das entidades que representam o setor produtivo: esses são os principais objetivos do Fórum das Confenderações Patronais – no âmbito do Poder Legislativo –, que reúne, semanalmente, assessores parlamentares e profissionais da área de relações governamentais para discutir estratégias que viabilizem o avanço de marcos regulatórios do ramo agropecuário, do cooperativismo, da indústria e de outros setores econômicos do País. Dando sequência ao rodízio estabelecido pelas confederações patronais, o Sistema OCB será o responsável por conduzir as atividades do grupo durante o Biênio 2012/2013. De acordo com o superintendente da OCB, Renato Nobile, a definição reflete o reconhecimento ao trabalho exercido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no Congresso Nacional. Além da OCB, participam das reuniões as entidades representativas da Indústria (CNI), das Instituições Financeiras (CNF), do Comércio, de Bens, Serviço e Turismos (CNC), do Transporte (CNT), da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Ação Empresarial.

AVANÇOS NO CONGRESSO

Para evitar a falta de quórum durante o período eleitoral, os líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal agendaram períodos de esforço concentrado para apreciar proposições pendentes, como a Medida Provisória (MPV) 571/2012, que modifica a Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Representando 1.523 cooperativas e cerca de 1 milhão de cooperados no ramo agropecuário, o Sistema OCB tem atuado proativamente na tramitação da matéria, tendo proposto dez destaques de emendas ao texto aprovado. Para a gerente de Relações Institucionais da OCB, Tânia Zanella, o prolongamento do recesso parlamentar, devido às eleições, pode inviabilizar a tramitação da MPV 571/2012, já que esta tem prazo de votação determinado até 8 de outubro. "Temos um prazo muito curto. Por isso precisamos buscar uma solução consensual, de modo a beneficiar a nossa produção agrícola". Apesar do esvaziamento da pauta de comissões e plenários, o Sistema OCB alcançou importantes avanços durante o período. A aprovação, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), do Projeto de Lei (PL) 2025/11, que amplia as possibilidades de pescadores artesanais, inclusive os cooperados, receberem o seguro-desemprego, está entre eles. Segundo a proposta, o benefício, no valor de um salário mínimo, será pago quando ocorrer a interdição da área de pesca ou qualquer outra situação que impeça a atividade pesqueira.

"Não vejo motivo pelo qual não possamos liderar no leite ou ter um papel preponderante como no caso das carnes bovina, de aves e até mesmo suína. Há um espaço para conquistar, o futuro não vai ser determinado por aqueles setores que já lideramos; estes, temos que manter. O futuro será naqueles setores nos quais estamos distanciados da liderança."

OSLER DESOUZART, diretor da OD Consult, em palestra durante o lançamento da Feileite 2012, em São Paulo

"Não há como negar que a bonança de milho e soja é a penúria de frango e porco e que os cerca de 1,5 milhão de pessoas envolvidas na produção de ambas essas carnes ajudam a alimentar os outros 188,5 milhões de brasileiros. Permitir que os produtores de frango e porco escapem com vida desta crise é, portanto, obrigação de todos."

ANDRÉ MELONI NASSAR, diretor geral do ICONE, no artigo "Comida Indigesta", publicado no site da entidade

"O agronegócio, que hoje representa 22,1% do PIB, tem sido o grande esteio da estabilidade econômica brasileira. É ele que tem conseguido suprir a oferta de alimentos para uma sociedade cada vez mais urbana sem que isso represente pressão inflacionária. É o agronegócio que também tem garantido um superávit comercial que assegura um nível de reservas internacionais, que ajudam a blindar nossa economia contra as crises internacionais."

LUCIANO COUTINHO, presidente do BNDES, na palestra de abertura do Congresso da Abag

"A situação do milho, somada à alta de mais de 80% nas cotações da soja, teve como consequência a alta no custo da avicultura, já que os dois insumos representam mais de 60% do custo total da produção de frangos. Aliada a isso, a falta de crédito para as empresas colocou o setor em uma crise sem precedentes."

FRANCISCO TURRA, presidente da União Brasileira de Avicultura (UBABEF)



ANTONIO CRUZ/ABR

"A questão russa está andando a passos firmes na busca por um entendimento de critérios. Ora o embargo é por Estados e ora é por plantas. Estamos perto de um acordo."

MENDES RIBEIRO, ministro da Agricultura, durante a abertura do 11º Congresso Brasileiro do Agronegócio, Abag

"Estamos indo na direção correta, mas na velocidade inadequada."

ANDRÉ PESSOA, da Agroconsult, ao avaliar o gargalo na logística de transporte de produtos agrícolas, no Congresso da Abag

Crise Europeia

Os riscos da saída de algun(s) membro(s)

Felippe Serigati*

DESDE O início do ano, a Europa tem sido a principal fonte de instabilidade para a economia mundial. Todavia, há pelo menos dois meses, a imprensa especializada tem divulgado cada vez menos notícias sobre a crise na zona do Euro. Por um lado, essa queda pode ser atribuída ao esforço do presidente do Banco Central Europeu (BCE), o italiano Mario Draghi, de convencer o mercado de que o BCE está disposto a fazer o que for necessário para salvar o euro (falta ainda combinar com quem pagará a maior fatia individual desta conta: o cidadão alemão). Por outro lado, a redução do volume de más notícias também pode ser explicada pelo cansaço. Já foram tantas as notícias de que o euro estava à beira do precipício que parece que as pessoas já se acostumaram com a ideia e não se impressionam tanto com novos rumores quanto à situação estar cada vez mais azeda. E, de fato, parece que a sobrevivência do euro como conhecemos hoje realmente está mais delicada.

Um termômetro para isso é o número de analistas avaliando o que aconteceria se a Grécia saísse da Zona do Euro. A Grécia está mergulhada em um estoque de dívidas tão alto e com prazos de vencimento tão curtos para o tamanho da sua economia, que não consegue mais obter financiamento no mercado. A saída da Grécia da Zona do Euro tem sido considerada a única solução por uma fração crescente, embora ainda minoritária, de observadores. A taxa de câmbio tem um papel central no processo. Nesse caso, a Grécia, ao voltar a usar a sua moeda tradicional, a dracma, poderia, por meio de uma forte desvalorização, recuperar parte da sua competitividade e encontrar uma trajetória de crescimento econômico puxado pelas exportações.

Se o processo fosse simples assim, este grupo de analistas não seria uma minoria. Deixar a Grécia sair da Zona do Euro envolve diversos riscos e talvez não seja a solução do problema:

• Mesmo quando a Grécia sair da Zona Euro, suas dívidas ainda permanecerão em euros, afinal foram financiadas fora das fronteiras gregas. Não é possível saber qual será a nova taxa de câmbio entre a dracma e o euro. Dependendo da intensidade da desvalorização, o estoque de dívidas provavelmente continuará impagável;

• Os bancos credores da dívida grega terão que assumir esse prejuízo em seus balanços, o que significa mais um choque negativo no sistema bancário europeu, que, por sua vez, irá exigir novos aportes de recursos dos governos nacionais. Essa dinâmica poderá reproduzir os problemas que têm sido observados na Espanha, cujo setor bancário não consegue digerir perdas decorrentes do estouro da bolha imobiliária local;

• Provavelmente, antes da desvalorização, os gregos tentarão sacar seus depósitos e poupanças dos bancos para mantê-los em euro. Esse movimento colocará o que resta do sistema bancário local sob risco sistêmico, ou seja, há elevada probabilidade de que bancos entrem sequencialmente em falência. Para suavizar esse problema, será necessário decretar um feriado bancário por uns dias – tal como já foi feito tantas vezes no Brasil, na época da hiperinflação, quando a moeda era trocada –, para que os ajustes sejam feitos sem que a população reclame seus depósitos em euro;

• Como a Grécia não é o único país sob forte desconfiança do mercado, uma vez aberta a possibilidade de algum país sair da Zona do Euro, aumentará a chance de que outros também saiam. Todavia, basta que esta possibilidade passe a ser considerada pelo mercado para que os respectivos sistemas bancários locais entrem em risco sistêmico, afinal, os portugueses, espanhóis, irlandeses, etc. também tentarão sacar suas riquezas e preservá-las em euro antes da desvalorização;

• Após a saída de algum(ns) país(es) da Zona do Euro, será necessário criar um mecanismo que contenha a especulação a respeito de quem será o próximo a abandonar o barco. Este mecanismo seria uma espécie de firewall, um fundo com recursos suficientes para sinalizar ao mercado que todos os países "sobreviventes" têm condições de honrar suas dívidas e, mesmo assim, em caso de desconfiança, este fundo fornecerá as devidas garantias. A criação deste fundo também significa que, mesmo com a saída dos países falidos da Zona do Euro, os alemães ainda terão contas para pagar se quiserem manter o euro em operação.

Enfim, os problemas na Zona do Euro estão longe de estarem resolvidos e o velho continente ainda garantirá fortes emoções até o final ano, por mais que a plateia já exiba sinais de cansaço e não tenha a mesma sensibilidade com as más notícias que vêm de lá. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Taxa de câmbio

No fundo, é uma decisão das urnas

Felippe Serigati*

A TAXA de câmbio é um dos preços mais importantes de uma economia. É persistentemente um tema central nos debates entre analistas e economistas. As discussões são intermináveis e os consensos são raros. Entidades de classe, sindicatos e demais organizações da sociedade civil com frequência também emitem suas opiniões a respeito dessa variável.

Com exceção de dois períodos (final de 2008 e início de 2012), desde 2004, o real tem se apreciado frente ao dólar norte-americano. Esse movimento de apreciação é resultado do significativo crescimento econômico observado nos últimos oito anos e da falta de poupança doméstica, fazendo com que, para financiar a expansão da economia brasileira, seja necessário captar poupança externa. Ao fazê-lo, aumentamos a oferta de dólar na economia, o que torna a moeda norte-americana mais barata e o real mais caro.

Exportadores e industriais se sentem desconfortáveis com esse patamar cambial; no entanto, esta é uma característica estrutural da economia nacional: a sociedade brasileira (famílias e governos) poupam pouco e, toda vez que a economia tenta crescer, é necessário apropriar-se da poupança externa para financiar essa expansão. As famílias poupam pouco, pois há clara preferência por consumir mais no presente do que ter maior conforto no futuro. O governo gasta muito, deixando reduzido espaço no orçamento para investimentos, porque há uma pressão da sociedade para manter esses gastos.

Essas preferências não vão mudar no médio prazo; a sociedade brasileira não tem o perfil das nações orientais, que poupam bastante. Os brasileiros querem ter um padrão de consumo melhor, mesmo que isso não caiba em seu orçamento. As urnas eleitorais sinalizam esta preferência para os governos: as famílias brasileiras querem ter um estado de bem-estar social mais sofisticado, mesmo que isso não caiba no tamanho da nossa economia, ou que, para caber, seja necessário comprometer os investimentos e reduzir as perspectivas para as próximas gerações.

A sociedade brasileira, há tempos, tem sinalizado que quer aposentadorias maiores, mesmo sem a equivalente contrapartida nas contribuições previdenciárias; políticas sociais cada vez mais generosas; seguro-desemprego que garanta conforto ao desempregado; maior lista de remédios gratuitamente distribuídos; setor público com funcionários bem remunerados e com benefícios inacessíveis ao setor privado; educação gratuita e com acesso universal, em todos os níveis, mas principalmente no ensino superior, etc. Todas essas demandas são mais do que razoáveis, mas será que realmente cabe na economia brasileira, uma economia ainda emergente e de renda mediana para padrões internacionais? Será que a sociedade brasileira tem produzido um volume de riqueza suficiente para atender a todas estas demandas, sem que, para financiá-las, tenha-se que comprometer os recursos destinados às próximas gerações, ou seja, os investimentos? Se isso é possível, por que nenhum outro país de renda mediana oferece a mesma estrutura de bem-estar social? Será que corrigir problemas de corrupção e ineficiência do setor público é condição suficiente para gerar recursos que financiem tais gastos? E, enquanto estes problemas não são resolvidos, esses gastos devem ser mantidos, na esperança de que, no futuro, de alguma forma, a conta seja paga?

No final das contas, no médio e no longo prazo, a taxa de câmbio reflete as preferências da população entre maior conforto no presente ou maior bem-estar no futuro. Essa decisão não deve ser feita por qualquer analista ou conjunto de burocratas; é uma escolha legítima da população, que manifestará esta decisão na urna, ao escolher programas de governo, e na alocação do seu orçamento doméstico. Aos analistas, cabe apenas dizer quais são as consequências de cada alternativa. A palavra final é do cidadão.

Aos exportadores e industriais que não se sentem confortáveis com o atual patamar cambial, não haverá muitas alternativas. A taxa de câmbio brasileira permanecerá mais apreciada que a de seus pares emergentes por um longo período. É uma demanda da sociedade. A chegada dos recursos do pré-sal irá reforçar essa tendência e, se bem utilizados, podem ser finalmente a fonte de financiamento para os investimentos. Todavia, a mensagem é clara: a economia brasileira terá que aprender a lidar com uma moeda forte. Essa característica do real veio para ficar. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Seca nos EUA

Desafios e oportunidades para os brasileiros

Horrys Friaça Silva*

A MAIOR e mais severa seca desde os anos 50 já atinge mais da metade do território continental dos EUA. Impressionou este ano o rápido agravamento das condições nos meses de junho e julho, cruciais para o desenvolvimento do milho e da soja. Mesmo que chova em agosto, os danos já são irreversíveis.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) já estima redução de 13% na produção total de milho deste ano safra em relação ao anterior. Por conta disso, os preços do milho avançaram rapidamente desde o fim do mês de junho e as médias estimadas para o ano safra 2012/2013 (outubro de 2012 a setembro de 2013) já se situam entre US$ 7,50 e US$ 8,90/bushel. Devido aos efeitos da seca, a cadeia de carnes norte-americana já solicitou a redução do mandato governamental de produção de etanol ("Renewable Fuel Standard"). Atualmente, 40% do milho produzido nos EUA são destinados à produção de etanol.

Os EUA deverão exportar até 40 milhões de toneladas a menos de milho no ano safra 2012/2013. Por outro lado, devido ao recorde da "safrinha" de milho colhida em 2012 no Brasil, o USDA projeta exportações de 12,5 milhões de toneladas de milho brasileiro no referido período. Cerca de 1 M.T a mais que o observado no período 2011/2012.

O USDA também prevê redução superior a 7,5% nas exportações de soja dos EUA no ano safra 2012/2013. Com redução estimada de 12% na produção total deste ano safra em relação ao anterior, a perspectiva de preço médio do produtor de soja no período 2012/2013 também foi revista, passando dos US$ 12,00 a US$ 14,00/bushel (junho) para US$ 15,00 a US$ 17,00/bushel. Ainda que a safra brasileira colhida em 2012 também tenha sido reduzida pela seca, estima-se para o período 2012/2013 um incremento de 35,1 milhões de toneladas nas exportações de soja do Brasil.

Na pecuária, a falta de pastagens, aliada à elevação dos preços do milho e da soja e ao aumento das importações de bovinos para terminação, tem motivado a antecipação do envio de bovinos para o abate e queda do preço do gado em fase de engorda. Em julho, a alocação de animais mais jovens nos confinamentos ocasionou redução de até 20% no preço do gado para abate, se comparado aos picos obtidos em março de 2012. O consequente aumento do abate, inclusive de animais mais jovens, ocasionará incremento da oferta de carne, a preços potencialmente mais baixos, nos próximos seis a nove meses. Entretanto, espera-se menor produção de carne e preços mais elevados em 2013, quando a oferta deve se reduzir. Tal cenário pode significar oportunidades para as exportações de carne bovina brasileira. Por outro lado, o aumento do preço internacional dos grãos ampliará os desafios da cadeia de produção de suínos do Brasil.

O Governo dos EUA já está ajustando alguns programas de apoio aos seus produtores. Para a pecuária, já teria liberado a utilização de 1,54 milhão de hectares de áreas de conservação para pastejo. Em relação ao seguro rural, já negociou com os bancos privados a extensão do período de carência, para que os produtores efetuem o pagamento dos prêmios dos seguros após a colheita (01/11/2012). Cabe notar que mais de 80% da área plantada com commodities nos EUA está segurada pelo Programa Federal de Seguro Rural, que cobre 500.000 propriedades rurais, com US$ 110 bilhões em valores segurados.

Porém o principal ainda não foi definido. O Congresso dos EUA ainda não conseguiu aprovar uma nova lei agrícola (Farm Bill) para substituir a que expirará em 30/09/2012. Com o recesso do Congresso em agosto, a expectativa pela aprovação de nova Farm Bill será transferida para setembro. Apesar do Senado já ter concluído sua parte, a Câmara dos Deputados ainda não definiu seu projeto. A aproximação das eleições de novembro aumenta o imobilismo do Congresso.

Incertezas para os produtores dos EUA e que repercutem no Brasil, principalmente entre os cotonicultores. Qual será o desfecho do nosso contencioso? Como se recorda, os EUA vêm pagando US$ 147 milhões anuais ao Brasil como compensação por não terem corrigido os aspectos distorcivos dos programas de subsídios condenados pela OMC. Tanto no projeto de lei do Senado, como naquele elaborado pelo Comitê de Agricultura da Câmara, ainda persistem componentes distorcivos, que contrariariam o resultado do painel e poderiam acionar o direito do Brasil a retaliar os EUA.

As partes seguem negociando, mas a margem para alterações substanciais é cada vez menor. Caso haja uma extensão temporária da atual Farm Bill, as partes já acordaram a manutenção das compensações atuais. Por outro lado, a aprovação de uma nova lei agrícola pode fazer com que os EUA queiram rever ou descontinuar o pagamento das compensações. Mesmo sabendo que isso poderia acionar retaliação brasileira, os EUA podem querer pagar para ver. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido Agrícola em Washington

Safra 2012/13

Bom para alguns, excelente para outros

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]

EM 2012, os resultados obtidos pelos produtores foram muito diferentes em função da época da venda. Isso mostra que o planejamento e a estratégia de venda da produção são tão importantes quanto a compra dos insumos. Para 2012/13, pairam dúvidas: os atuais níveis de preços verificados para o milho e para a soja vão se manter? Como o clima vai interferir na produtividade das lavouras?

Os custos de produção estão mais altos e podem estreitar a margem para o agricultor. Na dúvida, há muitos agricultores garantindo preço. Tem gente já negociando a safrinha de milho 2012/13.

Quando há dúvida, uma boa prática é vender uma parte da produção. Esta ação visa a reduzir a chance de erro ao garantir que um bom preço médio de venda.

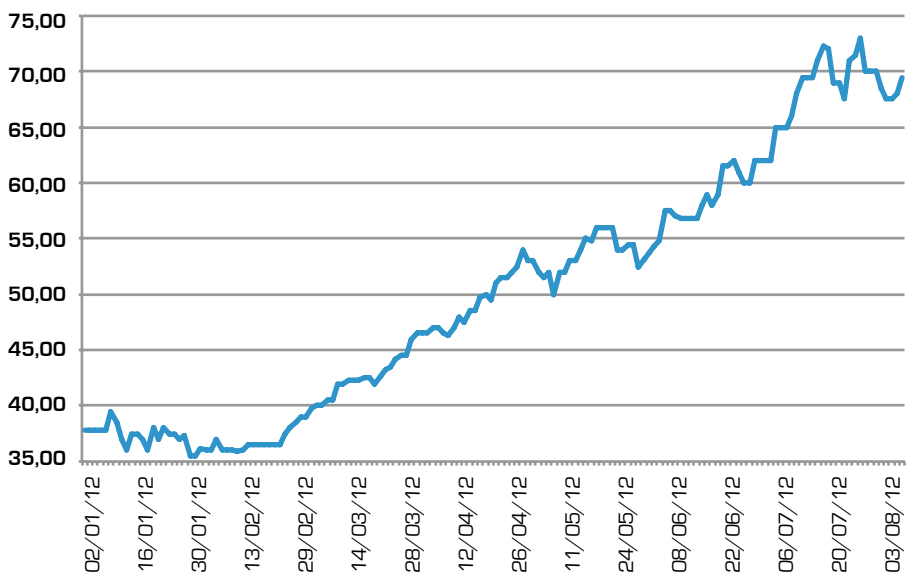
O clima adverso tem sido responsável pela menor oferta de grãos. Esse fenômeno repetir-se-á com mais força na próxima temporada. A situação está complicada quanto à soja, pois a produção despencou nos principais países produtores. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês), a produção mundial em 2011/2012 foi 10,8% menor frente à temporada anterior. Com a revisão da produção para baixo e uma demanda crescente, os estoques mundiais caíram para os menores níveis dos últimos anos.

Diante desse cenário, as cotações subiram nos mercados internacional e brasileiro.

A previsão desta alta levou à comercialização antecipada da safra. Até janeiro de 2012, aproximadamente 60,0% da safra de soja mato-grossense (2011/2012) haviam sido comercializados (IMEA). Os preços em patamares elevados aumentaram também os negócios com a soja em 2012/13. Ainda segundo o IMEA, até o final de julho, 57,5% da produção prevista para a próxima temporada haviam sido negociados.

O custo total médio de produção de soja na safra 2011/12, na região de Sorriso, estado do Mato Grosso, foi de R$1.696,14 por hectare, segundo o IMEA. O agricultor que vendeu a produção em janeiro de 2012 recebeu, em média, R$37,33 por saca de 60 quilos. Já quem negociou em julho deste ano recebeu, em média,

Preço da soja grão em Sorriso-MT (R$/saca)



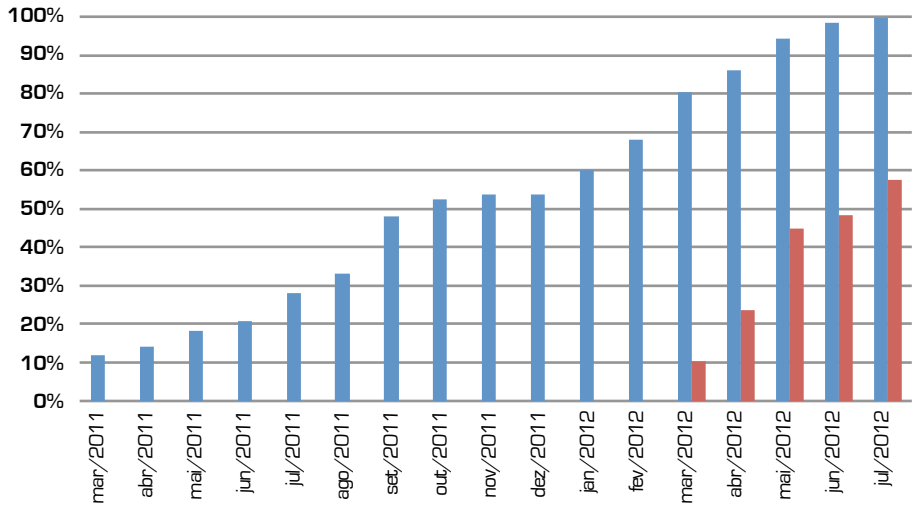
Fonte: Scot Consultoria

Produção de soja (milhões de toneladas)

Países	2010/2011	2011/2012	Variação
EUA	90,61	83,17	- 8,2%
Brasil	75,32	66,39	- 11,9%
Argentina	49,00	41,00	- 16,3%
Mundo	**264,74**	**236,03**	**- 10,8%**

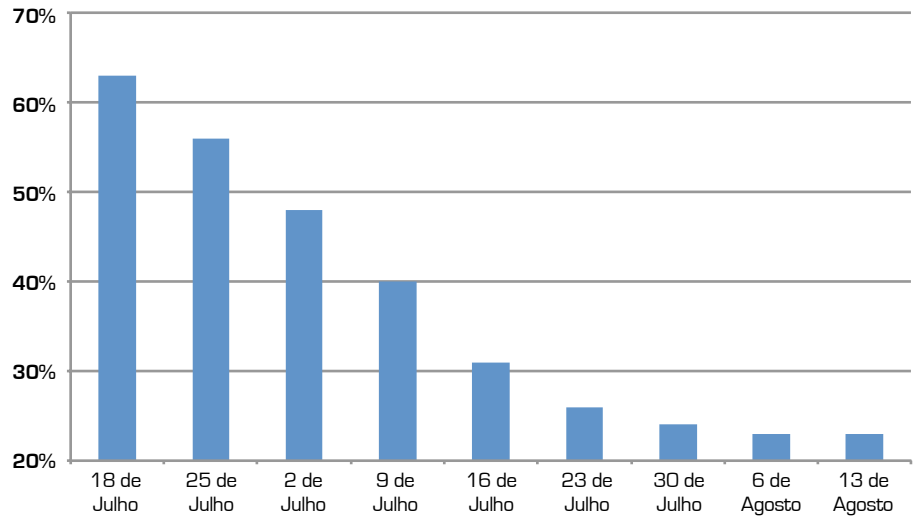
Fonte: USDA / CONAB

Comercialização da soja mato-grossense nas safras 2011/12 e 2012/13



Fonte: IMEA / Scot Consultoria

Porcentagem de lavouras de milho em condições boas e excelentes nos EUA (safra 2012/13)



Fonte: USDA



SXC.HU

R$67,09 por saca, 79,7% a mais. No Paraná, a diferença de preços vigentes em janeiro e julho foi de 63,08%. Os custos de produção são os divulgados pelo Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria de Agricultura do Paraná.

Em Sorriso-MT, o lucro por hectare para quem vendeu o grão em janeiro foi de R$245,02. Quem fechou negócio com os preços de julho obteve um lucro de R$1.792,54 por hectare. Para o cálculo da rentabilidade, consideramos o preço da terra. Com isso, no Mato Grosso, a rentabilidade média da atividade em 2011/12 foi de 2,54%, para a venda em janeiro de 2012, e de 18,58%, para a venda em julho. Uma diferença de 631,50%. Dependendo do caso, é preciso considerar o custo de armazenagem em silos de terceiros. Normalmente, na venda para as grandes empresas, o grão é depositado no silo do comprador sem custo para o agricultor.

Para a armazenagem em silos privados, cobra-se na chegada a pré-limpeza e a secagem, cujo valor varia de R$2,00 a R$3,00 por saca, mais uma mensalidade a partir dos 60 dias, entre R$0,20 e R$0,30 por saca. Mesmo assim, esse valor é pouco representativo diante da valorização da soja no período.

No Paraná, levando em conta o preço mais alto da terra em relação ao Mato Grosso, a rentabilidade foi menor. De qualquer maneira, a diferença de resultados, considerando-se os dois períodos de vendas, foi marcante. Quem vendeu a soja em janeiro obteve um lucro por hectare de R$13,28. Já quem negociou em julho obteve um lucro médio de R$1.319,64.

Um ponto importante é que o agricultor do Mato Grosso conseguiu um rendimento das lavouras razoavelmente melhor, apesar das condições climáticas adversas. No Sul do país, de maneira geral, apesar dos preços bons, o rendimento das lavouras foi fortemente prejudicado pela seca, o que afetou o resultado final.

Milho de 2ª safra

Cenários distintos com relação aos resultados econômicos foram verificados também para o milho de 2ª safra ou milho safrinha, porém em menor espaço de tempo. A pressão de baixa verificada no mercado interno até junho, em função da expectativa de uma super colheita, deu lugar a aumentos de preços em julho e agosto, devido às perdas nas lavouras norte-americanas.

O USDA revisou para baixo, em agosto, a qualidade das lavouras de milho (2012/13) nos Estados Unidos. Saiu-se de 63,0% da área em condições boas e excelentes, em meados de julho, para 21,0% da área nestas condições em agosto. Em Campo Mourão, no Paraná, a saca de milho saiu de R$23,33 em junho para R$26,83 por saca em julho. Na primeira quinzena de agosto, foram verificados negócios em R$30,00 por saca. Em um mês – julho em relação a junho –, o lucro obtido com a atividade foi de R$25,25 por hectare para R$339,17 no médio-norte do Mato Grosso.

Algodão e arroz

A cotação da soja em patamar elevado deve provocar um aumento da área plantada em 2012/2013. As estimativas iniciais indicam um crescimento entre 5,0% e 8,0%, em relação aos 25 milhões de hectares semeados em 2011/2012. A produção deve superar 80 milhões de toneladas. Esse crescimento deve ocorrer principalmente sobre as áreas de milho de 1ª safra e de algodão.

Para efeito de comparação, o lucro por hectare obtido com algodão na safra 2011/12 foi de R$43,33, em Rondonópolis (MT), e de R$56,30, no oeste da Bahia.

Por fim, para o arroz, a situação foi melhor em função da menor oferta na temporada. O lucro por hectare foi de R$899,11, considerando-se a atividade no sul do Rio Grande do Sul. ■

1 Zootecnista – rafael@scotconsultoria.com.br
2 Zootecnista – gm@scotconsultoria.com.br
3 Engenheiro agrônomo – alcides.torres@scotconsultoria.com.br

Rentabilidade da soja por hectare (safra 2011/2012)

	Mato Grosso		Paraná	
	Região de Sorriso		Região de Ponta Grossa	
Preço médio da terra (R$/ha)	9.650		18.700	
Produtividade (saca/ha)	52		44	
Custo da saca (R$)	32,62		46,20	
	Preço de venda		Preço de venda	
	jan/12	jul/12	jan/12	jul/12
Preço de venda (R$/saca)	37,33	67,09	46,50	76,19
Receita (R$/ha)	1.941,16	3.488,68	2.046,00	3.352,36
Lucro (R$/ha)	245,02	1.792,54	13,28	1.319,64
Rentabilidade	2,54%	18,58%	0,07%	7,06%

Fonte: IMEA / DERAL

Rentabilidade do milho de 2ª safra (safra 2011/2012)

	Mato Grosso		Paraná	
	Região Médio-Norte		Região Norte/Noroeste	
Preço médio da terra (R$/ha)	9.650		18.700	
Produtividade (saca/ha)	96		70	
Custo da saca (R$/ha)	14,46		24,59	
	Preço de venda		Preço de venda	
	jun/12	jul/12	jun/12	jul/12
Preço de venda (R$/saca)	14,72	17,99	23,33	26,83
Receita (R$/ha)	1.412,64	1.726,63	1.633,10	1.878,10
Lucro (R$/ha)	24,77	338,76	-88,45	156,55
Rentabilidade	0,26%	3,51%	-0,47%	0,84%

Fonte: IMEA / DERAL

Rentabilidade do algodão e arroz (safra 2011/12)

	Algodão		Arroz
	MG	BA	RS
	Rondonópolis	Oeste	Itaqui
Preço médio da terra (R$/ha)	11.700,00	6.250,00	9.100,00
Produtividade*	95	87	140
Custo (R$/ha)*	49,24	53,85	24,96
Preço de venda - ago/12 (R$/ha)*	49,7	54,5	31,38
Receita (R$/ha)	4.721,50	4.741,50	4.393,20
Lucro (R$/ha)	43,33	56,3	899,11
Rentabilidade (%)	0,37%	0,90%	9,88%

*algodão em arroba e arroz em saca de 50 kg
Fonte: CONAB / SEAGRI / CEPEA

Escoamento da produção

Em condições normais de clima, a próxima colheita brasileira de grãos marchará para outro recorde. Um volume próximo de 180 milhões de toneladas integra as projeções de especialistas, consultores e técnicos do governo. Assim, o conhecido custo Brasil, com seus gargalos logísticos, os quais comprometem a competitividade das exportações, aparece como o grande desafio para o escoamento da próxima safra brasileira de grãos.

O mapa brasileiro na produção de grãos ganhou nova configuração na última década. De 2001 a 2011, as participações das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, no conjunto, passaram de 32% para 52% da produção total de soja e de milho. Apesar de prevalecer essa tendência nos próximos anos, os canais de exportação seguem para os pontos de embarque das regiões Sul e Sudeste.

Em 2011, por exemplo, em especial pelos portos de São Francisco do Sul, Paranaguá e Santos, saíram 85,9% dos 58,3 milhões de toneladas exportadas. Já a soma obtida pelos portos do Arco Norte (de Porto Velho a São Luís) a Salvador corresponde a somente 14,1% do total embarcado para o exterior, em face da infraestrutura ineficiente e da inadequação de acessos pelos modais rodoviários, ferroviários e hidroviários.

No Mato Grosso, o Movimento Pró-Logística elencou 2012 como o 'ano das hidrovias' e colocou como umas das prioridades das pautas e projetos a questão do modal hidroviário. No Brasil, as hidrovias transportam apenas 4% das cargas nacionais. De seus 63 mil quilômetros de rios, 43 mil são navegáveis, mas 27,5 mil ainda não têm sido efetivamente utilizados, sendo que apenas 13 mil quilômetros de hidrovias estão sendo utilizados regularmente.

Expansão da soja na safra 2012/13

Com o início de cultivo em meados deste mês, a sinalização clara para a safra de verão 2012/13 é de expansão expressiva na sojicultura, com redução nas áreas das lavouras de algodão e milho. O comportamento das vendas de insumos constitui um indicador de referência, como no caso de fertilizantes, cujas entregas podem crescer de 1,0 a 1,2 milhão de toneladas neste ano, segundo sondagem junto às empresas do setor. Em 2011, essa quantidade foi de 9,3 milhões de toneladas. Isso corresponde a uma expansão da área plantada na ordem de 2,0 a 2,5 milhões de hectares para a safra 2012/13.

Brasil: Área de produção (milhões de ha)

Safra	Soja	Milho 1ª safra	Milho 2ª safra
2008/09	21,72	9,27	4,90
2009/10	23,40	7,72	5,24
2010/11	24,18	7,91	7,88
2011/12	25,03	7,93	7,23
2012/13*	27,00 - 28,00	7,30 - 7,60	-

*previsão
Fonte: CONAB

Na verdade, a conjuntura de mercado está bem positiva do lado da produção de soja e milho, que são responsáveis por quase 85% da produção nacional de grãos. Diante dos problemas climáticos enfrentados pela agricultura norte-americana, o cenário de preço externo possui reflexo direto sobre a decisão do produtor brasileiro. Somando-se a isso, as medidas anunciadas pelo governo para o Plano Safra da Agricultura e Pecuária de 2012/13, pelo menos em termos de maiores recursos para o crédito rural e a redução na taxa de juros, podem ser consideradas razoáveis para satisfatórias.

Quando se toma o valor bruto da produção, a conclusão é de sensível capitalização na soja e milho. A comercialização antecipada desses dois produtos, em raras ocasiões, esteve tão ao sabor da decisão do agricultor como no princípio desta temporada. De praxe comum, essa operação representa uma alternativa de caixa para cobertura de preços e compra de parte ou todo o insumo: o agricultor trava o preço a partir do valor que lhe oferece margem de lucro.

Além de ocupar as áreas plantadas na safra 2011/12 com algodão no Centro-oeste e milho na região Sul, o produtor de soja investirá no plantio em terras novas. A possibilidade dessas projeções se confirmarem é cada vez mais forte. No Mato Grosso, cerca de dois terços da colheita já estão com venda fechada. Essa proporção normalmente é alcançada somente em novembro.

Seguindo a tendência de queda verificada nos últimos anos, o plantio do milho de 1ª safra deverá ter um recuo superior a 500 mil hectares. A opção ficará para o milho de 2ª safra, depois da colheita da soja precoce, principalmente pelo resultado físico excepcional proporcionado na última temporada.

O resultado da colheita da safra 2011/12 pode ser considerado até certo ponto como surpreendente, quando se leva em consideração a situação dramática por conta das estiagens que atingiram a região Norte e Nordeste (quebra de 22%) e a região Sul (quebra de 10%). Mas o desempenho favorável das culturas, em outras regiões, possibilitou uma produção recorde de 165,9 milhões de toneladas de grãos. O grande destaque foi o milho, em particular o da 2ª safra. ■

Biomassa de cana

Viabilidade da cogeração

Walter Milan Tatoni[1]
Ricardo Ratner Rochman[2]

ATUALMENTE, OS gestores de investimento têm, de forma racional, adiado os investimentos em projetos de biomassa através da cogeração do bagaço de cana-de-açúcar, devido às baixas tarifas de energia e à sua probabilidade de reajuste.

Outro fator que pode influenciar o investimento em cogeração é o etanol de segunda geração, que utiliza e concorre na cadeia com a matéria-prima bagaço de cana-de açúcar. Devido à concorrência entre etanol de segunda geração e cogeração pela matéria-prima, pode existir uma redução do potencial de cogeração a ser explorado, reduzindo ainda mais a atratividade da cogeração em um futuro próximo.

Preocupações envolvendo questões ambientais e os altos preços do petróleo, resultado do descompasso entre oferta e demanda por este combustível, têm sido os propulsores da busca por fontes alternativas e mais amigáveis de energia. O etanol de biomassa, proveniente da cana-de açúcar, milho, beterraba e trigo, é um dos segmentos que mais se desenvolveu e tem se apresentado como alternativa viável.

Representando entre 25 e 30% do peso da cana-de-açúcar, o bagaço tem sido tradicionalmente aproveitado para gerar o calor utilizado na produção de açúcar e etanol. Entretanto, apenas um terço do total de energia contida em uma unidade de cana-de-açúcar corresponde ao etanol, enquanto o restante corresponde aos subprodutos do processo de extração, entre eles exatamente o bagaço. Isso significa que existe potencial para aumentar de forma relevante o rendimento de energia do processo de produção de etanol por meio da utilização mais eficaz do bagaço.

Mais recentemente, as usinas de cana-de-açúcar começaram a utilizar caldeiras de alta pressão, nas quais, em vez de da queima do bagaço para gerar calor diretamente, este é utilizado como combustível para gerar vapor, que pode, então, ser facilmente transformado em outras formas de energia, como calor, tração e eletricidade. Esta produção simultânea de energia elétrica, térmica ou mecânica da mesma fonte primária é conhecida como cogeração e representa um processo altamente eficiente.

Muito se fala sobre a importância da diversificação da matriz energética brasileira. Atualmente, dependemos fortemente dos nossos recursos hídricos e chegamos até a importar energia de outros países para atender nosso consumo doméstico. Projetando uma demanda por energia sempre crescente e sabendo que as futuras usinas hidrelétricas de grande porte terão diversas restrições e dificuldades para viabilização, existe o risco da capacidade a ser instalada não conseguir atender a demanda, motivando-se assim diversos estudos que visam o aproveitamento energético de fontes alternativas de energia.

Estrategicamente, a biomassa mostra-se como uma fonte de energia que pode complementar a geração hidrelétrica do Brasil, uma vez que esta bioenergia é gerada durante a colheita na estação seca, quando os reservatórios estão em seu nível mais baixo. Apesar de sua representatividade ser baixa em relação ao aproveitamento hídrico, a biomassa vem ganhando espaço como matriz energética e também como uma potencial oportunidade de investimento para os proprietários e acionistas de biorrefinarias. Além disso, devido à concentração dessas usinas no Sudeste, a energia proveniente de biomassa é gerada próximo aos grandes centros consumidores de energia.

Apesar das perspectivas favoráveis, realmente compensa investir em uma unidade de cogeração? Partindo de três possíveis cenários para o preço da energia (baixa, média e alta volatilidade, usando como referência a volatilidade do ambiente regulado) e de três tipos de unidades de processamento (com capacidade de 2, 4 e 6 milhões de toneladas de cana), em que momento nos próximos quatro anos é recomendável realizar esse investimento?

A avaliação de projetos de investimento aponta os seguintes resultados:

- Em um cenário de baixa volatilidade (volatilidade igual àquela observada em um ambiente regulado), para as usinas de todos os portes, a melhor decisão é adiar os investimentos para 2016 ou 2017, devido à tendência de estabilização e leve redução dos preços de energia no ambiente regulado.
- Para um cenário de média volatilidade (dobro da volatilidade observada em um ambiente regulado), é provável que os acionistas de usinas de todos os portes conseguirão obter maior retorno se adiarem os investimentos em cogeração. Todavia, devido à maior volatilidade dos preços de energia, fica mais nítido que as usinas de pequeno porte correm mais risco de abandono ou inviabilização.
- Para um cenário de elevada volatilidade, o risco de abandono é exponencial para qualquer tipo de usina em cenários pessimistas e de redução de preço de energia. Ainda assim, para os investidores com maior apetite por risco, é recomendável posicionar-se em usinas com capacidade de processar 6 milhões de toneladas de cada, pois, no caso de viabilização, os ganhos serão exponencialmente maiores. ■

1 Diretor de investimento da Odebrecht
2 Coordenador do mestrado profissionalizante em economia da FGV



RESISTENTE
A PRODUTOS QUÍMICOS,
CHOQUES TÉRMICOS E,
PRINCIPALMENTE,
À COMPARAÇÃO
COM OUTRAS MARCAS.

Linha KeraFloor Gail. Mais durabilidade e qualidade.

A indústria requer um piso forte e resistente. Por isso, a Gail investiu muito em tecnologia e pesquisa para desenvolver uma cerâmica anticorrosiva e resistente a ácidos e diversos reagentes químicos. Só a Gail tem a solução completa, com maior mix de peças, rejuntes e argamassas anticorrosivas, ideais para cada fase da produção. Além disso, este piso possui característica antiderrapante e é fácil de limpar. Na hora de escolher a sua cerâmica, escolha quem tem mais de 200 anos de tradição.





GAIL
DESAFIE SUAS IDEIAS

Formatos (cm): 24x11,6 - 11,6x11,6 - 24x5,4 - 18x18 - 24x24 - 30x18 - 30x30 - Espessuras (mm): 8 - 9 - 12 - 14 - 17 - 22

ESCOLHA A ORIGINAL

www.gail.com.br
(11) 2423.2626

Cacauicultura

Renascimento da cadeia produtiva

Marco Conejero[1]
Rafaela Ponce[2]

O NEGÓCIO global do cacau tem verificado um bom crescimento da produção. Nos últimos 10 anos, a produção mundial aumentou quase 30%. Essa expansão tem sido estimulada não só por boas condições climáticas que favoreceram a produção agrícola, mas também puxada pela demanda advinda principalmente do crescimento nos países emergentes. Atualmente, os principais países produtores – Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Nigéria e Brasil – respondem por 80% da produção global.

O Brasil, como tradicional produtor de cacau, tem papel de destaque no cenário internacional. Em épocas anteriores, o país figurava como um dos grandes exportadores de cacau e era reconhecido pela qualidade da sua amêndoa. Mas com a epidemia de vassoura-de-bruxa, praga que afeta a produtividade da planta e a qualidade dos frutos, veio a decadência do setor e o forte endividamento dos produtores.

Assim, atualmente, traçando um comparativo entre o Brasil e os outros grandes produtores, concluiu-se que, em geral, o cacau brasileiro tem baixa disponibilidade no mercado internacional, não tem mais qualidade reconhecida pelos países consumidores e, pelo déficit de produção, apresenta um prêmio de preço em relação à cotação da bolsa de Nova Iorque (NY).

Por outro lado, a recente evolução econômica do Brasil levou o consumo brasileiro de chocolates e preparados a uma taxa de crescimento de 10% ao ano, segundo estimativas da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB). Além do mais, uma análise mais aprofundada do consumidor brasileiro revela uma crescente valorização dos chocolates *gourmet* e/ou com apelo da sustentabilidade.

Dessa forma, percebe-se que atualmente a cadeia produtiva do cacau no Brasil tem deparado-se com a seguinte situação: o consumo de chocolate é pujante, a indústria processadora de cacau opera com capacidade ociosa, e há um déficit de produção agrícola. Então, quais são os desafios que ainda emperram o desenvolvimento do setor?

O desafio central é o de restabelecimento da produção agrícola ao nível anterior à praga vassoura-de-bruxa. Esse desafio liga-se a inúmeros outros numa relação de causa-efeito – ou em um círculo vicioso, como preferir. Quebrar essa inércia é o papel das políticas públicas e também das estratégias privadas. Muitas das soluções aqui listadas já estão em uso por agentes do setor.

Portanto, percebe-se que o Brasil é um grande mercado para o cacau, tanto na produção agrícola – possui tradição e condições edafoclimáticas propícias –, quanto no setor industrial – as principais processadoras mundiais de cacau estão



SXC.HU

instaladas no país –, além de ter um mercado consumidor relevante e crescente.

No entanto, no Brasil, para solucionar o déficit na produção do campo, muito além da existência de incentivos governamentais, é preciso melhor trabalhar a integração produtor-indústria, de maneira a superar o descompasso entre o que é produzido e o que as indústrias demandam, não só em termos de quantidade, mas também em qualidade.

Mecanismos de incentivo e controle deveriam ser utilizados na coordenação do relacionamento. Assim, o Brasil poderá aproveitar não apenas o mercado de commodity "bulk", mas também os nichos de mercado propiciados pelas distintas certificações exigidas pelo consumidor industrial (B2B), resgatando assim a imagem de um grande produtor com qualidade reconhecida internacionalmente. ■

1 Economista, mestre e doutor em administração pela FEA/USP e gerente do Centro de Inteligência em Agronegócios da PwC.
2 Bacharel em administração rural pela UNESP/Jaboticabal e analista do Centrao de Inteligência em Agronegócios da PwC.

Desafios e soluções para o renascimento da cadeia do cacau no Brasil

Desafios	Descrição do desafio	Soluções
1) Melhorar o beneficiamento pós-colheita (fermentação e secagem) para garantir um mínimo de qualidade ao cacau que chega às indústrias.	- O beneficiamento mal feito faz com que o valor existente nas características organolépticas do fruto (aroma, sabor e cor) seja perdido.	- Orientação e assistência técnica aos produtores quanto às boas práticas na lavoura e no pós-colheita. - Pagamento de preço superior a um cacau de melhor qualidade.
2) Reduzir o alto endividamento dos produtores.	- A falta de capital faz com que os produtores acelerem o processo de fermentação natural da amêndoa com o uso de secadores a lenha, deixando as amêndoas com sabor e aroma de fumaça.	- Uso do sistema Barter de troca de insumos por parte da produção. - Parceria agrícola entre capital e trabalho. - Pagamento adiantado com base na confiança.
3) Superar a má situação financeira com aumento da taxa de renovação do cacaueiro.	- Como planta perene, o cacaueiro leva cerca de três anos para começar a produzir. - Muitos produtores mantêm plantas doentes em suas plantações, dificultando ainda mais o combate à doença e tornando a qualidade do cacau ainda pior.	- Sistemas agroflorestais – como o Cabruca – e consórcio do cacau com seringueira, açaizeiro, cupuaçuzeiro e outras frutíferas. - A CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) tem oferecido clones e híbridos resistentes à vassoura-de bruxa e desenvolveram um biofungicida capaz de combater a doença.
4) As incertezas e restrições trazidas pelo Novo Código Florestal.	- No sistema Cabruca, o cacau é plantado na sombra da vegetação nativa preservada. - Se os sistemas agroflorestais – como o sistema Cabruca – não forem claramente reconhecidos como mecanismos de proteção florestal, muitos produtores correm o risco de perder áreas produtivas.	- Comunicação e relações institucionais como o que foi feito pelo Instituto Cabruca.
5) Adaptação às certificações de sustentabilidade – como o Rainfor est Alliance – exigidas pelos mercados europeu e japonês.	- A rigorosa legislação trabalhista e ambiental no Brasil torna a obtenção desse tipo de certificação ainda mais difícil. - O custo de adaptação é extremamente alto, especialmente para pequenos e médios produtores. - Porém a obtenção dessas certificações garante o acesso ao mercado internacional. - Além disso, o atendimento desse nicho de mercado alavanca a qualidade do cacau brasileiro e torna a remuneração recebida pelo produtor maior.	- O cooperativismo e associativismo ajudam a reduzir o tempo e custo de adaptação. - Pagamento de preço-prêmio de 100 a 150%. - Premiações em salões internacionais. - Associação dos produtores rurais à imagem e marca de renomadas chocolaterias internacionais.

Fonte: Entrevistas com especialistas do setor.
Elaborado por PwC Agribusiness Research & Knowledge Center (2012)

Fundo Nacala

Participação do Agronegócio Brasileiro na África

Cleber Lima Guarany*

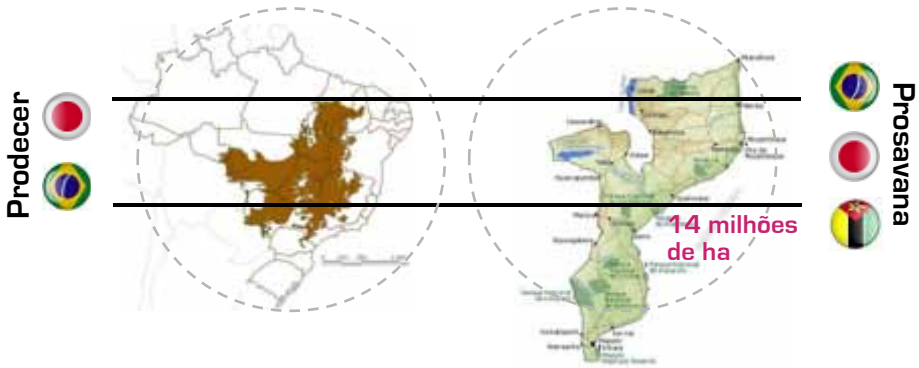
A FGV Projetos acaba de apresentar mais uma iniciativa de investimentos em projetos agroindustriais na África.

Trata-se do Fundo Nacala, um fundo de um investimento que tem como objetivo implementar projetos agroindustriais e de infraestrutura no norte de Moçambique, em uma região conhecida como "Corredor de Nacala", situada entre os paralelos 13˚S e 17˚S.

A região é alvo do projeto de cooperação trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique denominado ProSavana, programa que tem como objetivo reproduzir o sucesso do projeto de desenvolvimento do Cerrado brasileiro para agricultura – o Prodecer –, realizado em cooperação com o Japão na década de 70. Esse projeto também conta com apoio da Embrapa, no desenvolvimento da pesquisa agrícola, e da FGV Projetos, na execução do plano diretor, com o qual se estabelecerá as diretrizes para o desenvolvimento da região.

O fundo Nacala é uma iniciativa inédita no planeta, porque, além de reunir um forte pacote institucional, capaz de reduzir a percepção de risco do investidor estrangeiro, traz um modelo de negócio com retorno financeiro atrativo. Além disso, proporcionará uma forte inclusão social: o fundo vai liberar financiamento para pequenos e médios produtores moçambicanos produzirem com assistência técnica e garantia de compra da produção.

O treinamento da mão de obra local também será contemplado na estratégia do fundo para construção do modelo de negócio, que prevê associações de produtores moçambicanos e brasileiros para produção de alimentos. Estas associações facilitam a troca de experiências entre os produtores e solidificam a cooperação.



O fundo vai operar com *share classes* de objetivos específicos. A *share classe* "social", por exemplo, será usada para operações de microcrédito para agricultores moçambicanos. Estes agricultores irão receber empréstimos a juros preferenciais, com taxas de juros em torno de 2% a 5% ao ano, dependendo da cultura agrícola selecionada.

Os impactos ambientais dos projetos estão sendo cuidadosamente tratados e as soluções construídas representarão avanços importantes e inovadores. A reserva legal das propriedades agrícolas será integrada, criando corredores para deslocamento da fauna, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com a maioria das propriedades brasileiras que têm suas áreas de conservação fragmentadas e fragilizadas em função de uma lei ambiental capenga.

A infraestrutura do corredor de Nacala está sendo desenvolvida de modo a permitir o escoamento da produção agrícola para o mercado local e a exportação, principalmente para os continentes africano e asiático, onde se encontram atualmente 52% da população mundial. Por exemplo, essa privilegiada localização permite que um navio carregado de soja alcance a China ou a Índia em aproximadamente 14 dias, contra 35 dias de um mesmo carregamento saído do porto de Santos.

Em termos de estrutura tributária, Moçambique possui um modelo bastante simplificado e aliado aos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, o que torna a maioria dos projetos muito atraentes, despertando o interesse de inúmeros investidores estrangeiros para o Fundo Nacala.

Este contará com uma gestão técnica profissional e experiente, que reduzirá os riscos de implantação dos projetos, garantindo a execução do cronograma físico financeiro programado.

Normalmente, a gestão tem sido o calcanhar de aquiles das implantações de projetos *greenfield* e, em novas fronteiras, esses desafios podem se multiplicar. Problemas relacionados à cobraça sobre estadia (*demurrage*) de um navio, à falta de uma fonte segura de energia, entre outros, podem significar atrasos no cronograma de implantação e aumento dos investimentos.

O Fundo Nacala representa um exemplo inovador de desenvolvimento regional e poderá, se bem sucedido, servir de modelo para ser aplicado em outras regiões do planeta. ■

*Coordenador de Projetos da FGV Projetos



QUEM COOPERA CRESCE MAIS

Os agricultores sabem o valor da cooperação. Unidos em cooperativas, eles ganham escala, reduzem custos e têm maior poder de negociação. Ganham competitividade. Unidos em cooperativas, eles compartilham experiências, aprimoram os tratos culturais, adquirem tecnologia. Aumentam a produtividade. No Brasil, cerca de um milhão de produtores rurais são associados a cooperativas. Mais de 40% da produção agrícola do país passa por cooperativas. Unidos em cooperativas, os agricultores obtêm renda mais justa e contribuem para o desenvolvimento regional. **Com cooperação, o agronegócio e o Brasil crescem mais.**

www.portaldocooperativismo.org.br

2012 Ano Internacional das Cooperativas

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

Sistema Ocesp nas redes sociais: facebook.com/sistemaocesp | twitter.com/sistemaocesp | youtube.com/sistemaocesp

Cogeração

A civilização da Biomassa

Luiz Ugeda*
Renato Buranello*

EM FRANCA expansão social e econômica, o Brasil depara-se com uma grande pressão para seu desenvolvimento, associada ao aumento do consumo per capita de energia. Mas este crescimento econômico deve estar associado à sustentabilidade. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada entre 20 e 22 de julho últimos, colocou na pauta dois eixos centrais: a economia verde e o desenvolvimento sustentável.

Nessa seara, o Brasil possui uma experiência que alia desenvolvimento econômico e preservação ambiental na produção energética. A biomassa e os biocombustíveis no País têm uma construção centenária. Em 1903, o presidente Rodrigues Alves ordenou a substituição da gasolina de nossos trens por álcool. Na década de 1930, o presidente Getúlio Vargas criava a primeira estrutura para pesquisar o aprimoramento do álcool-motor. Depois, nos anos 70, a criação do Pró-Álcool proporcionou grande impulso bioenergético no País.

O desempenho da economia brasileira aponta para a necessidade de um aumento na geração de energia elétrica equivalente à capacidade de 8 usinas de Belo Monte ao longo do prazo de 9 anos, segundo projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Contudo, o potencial brasileiro de bioeletricidade desperdiça, pela falta de uma política específica, uma fonte renovável, contrassazonal à fonte hidráulica, de simples implementação, de matriz limpa e de baixo carbono.

Estimativas dos aumentos de excedentes de energia elétrica foram feitas para diversos níveis de tecnologia, convencionais ou em desenvolvimento. O trabalho "Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade", da União da indústria da cana-de-açucar, mostra o potencial dos modelos convencionais (vapor), em alta pressão: com 40% de palha recuperada, se implantada em 80% dos sistemas, poderia levar, com a produção atual de cana, a cerca de 30 TWh (terawatts por hora) de excedentes.

O atual esquema adotado pelo Estado brasileiro, com empresas públicas e privadas interagindo em dois mercados distintos – regulado e livre –, encontra grandes oportunidades para investimentos em geração e comercialização de energia elétrica. Para isso, será necessário:

- Arranjo de políticas públicas para a retomada de investimentos na produção de etanol e energia elétrica de biomassa;
- Montagem de usinas em clusters para acesso simplificado ao sistema de transmissão;
- Combinação de recursos em cogeração entre *greenfields* e *brownfields*.

Assim, o crescimento econômico do Brasil impõe a necessidade de expansão do parque de geração, para acompanhar a expansão industrial, nos termos da sustentabilidade e da economia verde que foi discutida na Rio+20. O aumento do consumo per capita, que faz os cidadãos terem níveis de consumo cada vez mais expressivos, bem como a transformação da matriz energética brasileira, que historicamente foi marcada pela hidroeletricidade, possibilita uma expressiva contribuição do setor sucroalcooleiro, por meio de políticas públicas específicas, que atendam as demandas econômicas e sociais da sociedade. ■

Potencial da Biomassa

O bagaço da cana, para geração de eletricidade, chega a 12,2 mil megawatts (MW) e pode substituir a energia de 3 centrais hidroelétricas como a de Belo Monte, considerado seu aproveitamento médio. Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), estima-se que a bioeletricidade possa representar 14% da matriz energética na próxima década.

A geração de energia elétrica por parte do setor sucroalcooleiro encontra-se muito aquém de seu potencial. A atuação energética do setor sucroalcooleiro inclui, basicamente, o aumento da eficiência no uso do bagaço, bem como o desenvolvimento da recuperação e utilização da palha.

Há ainda a possibilidade de dar maior eficiência à cogeração, por meio da redução do consumo interno de energia e pela recuperação da palha para uso energético. Nesse último caso, ganha relevância o fato de haver programas de redução e controle da queima da palha no campo, motivados pela necessidade de controle da poluição atmosférica local.

*Sócios do Demarest & Almeida Advogados, responsáveis pelos setores de Energia e Agronegócio, respectivamente

Biodiesel e agricultura familiar

Até onde vale a pena?

Aldara da Silva César[1]
Mário Otávio Batalha[2]

A BUSCA por fontes de energia capazes de substituir parte da energia fóssil demandada atualmente e que, ao mesmo tempo, sejam renováveis, mais seguras e menos poluentes têm permeado grande parte dos debates sobre segurança energética nos últimos anos. Estima-se que os biocombustíveis, em 2030, substituirão entre 4 e 7% do consumo de toda energia fóssil mundial.

No Brasil, frente à vasta variedade de matériasprimas disponíveis, um dos grandes desafios é escolher a oleaginosa que melhor explore as potencialidades regionais para a produção de biodiesel dentro de especificações técnicas aceitáveis.

Escolhendo as culturas mais adequadas: competitividade vs. impacto social

Vários aspectos devem ser considerados para apontar a potencialidade de cada matéria-prima dentro de uma região específica, sendo que alguns cuidados com as técnicas agrícolas empregadas são essenciais para que essas potencialidades sejam exploradas adequadamente.

Dentre os critérios a serem considerados, tem-se:

- produtividade da oleaginosa;
- custo de produção;
- capacidade de armazenagem;
- valor dos subprodutos;
- capacidade de geração de renda;
- adaptabilidade da cultura às condições regionais;
- sustentabilidade da cultura.

Os custos atuais de produção de biocombustíveis são pouco competitivos em relação aos derivados de matérias-primas fósseis. Por outro lado, eles podem contribuir para reduzir emissões de gases do efeito estufa, apontadas como uma das principais causas das mudanças climáticas. Isso ajudaria a explicar o motivo pelo qual, em todo o mundo, eles têm sido produzidos sob a égide de legislações e marcos regulatórios específicos ou de variados regimes de concessão de subsídios.

No Brasil, não é diferente. A legislação ligada ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) criou uma forte demanda interna por biodiesel. Ao mesmo tempo, esta legislação procurava utilizar esta demanda para estimular a produção de oleaginosas para a produção de biodiesel por pequenos agricultores familiares, visando garantir a inclusão produtiva destes. O Selo Combustível Social foi o principal instrumento criado pelo PNPB para assegurar esta inclusão.

Passados cinco anos da implantação do PNPB, o Brasil já ocupa a terceira posição do ranking mundial de produtores de biodiesel. O país produz 2,5 bilhões de litros/ano e também possui capacidade para atender ao dobro dessa demanda obrigatória. Sob o ponto de vista produtivo, o Programa pode ser considerado

Panorama da potencialidade brasileira para a produção de oleaginosas



Fonte: Sebrae (2007)

um sucesso. No entanto, apesar do crescimento rápido do setor, a matriz de biodiesel não alcançou a diversificação de matérias-primas almejada pelo Programa e as usinas operam em grande parte com o óleo de soja. Quando examinada do ponto de vista do seu objetivo de inclusão social dos pequenos agricultores, a situação do PNPB também é delicada.

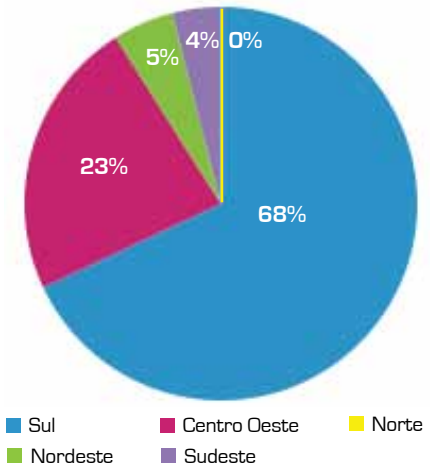
Inicialmente, o governo pretendia incluir 200 mil famílias no PNPB. No entanto, durante o primeiro ano, somente 16.328 famílias foram beneficiadas pela política de inserção. Ao todo, em 2010, foram 100.371 estabelecimentos da agricultura familiar. Destes, 52% estão no Sul, 41% no Nordeste e 7% distribuídos nas outras regiões do País. Apesar da maior participação dos agricultores do Nordeste ao longo dos últimos anos, as aquisições em valores dos produtores familiares desta região representaram apenas 5% do total da contribuição familiar do PNPB, o que reflete as fragilidades estruturais da agricultura familiar na região.

No Nordeste, os trabalhos sociais desenvolvidos até o momento com mamona encontram boa justificativa, muito mais por sua acessibilidade aos leilões da ANP do que em virtude dos incentivos fiscais inerentes ao SCS.

Entre as dificuldades inerentes à concretização dos contratos com o agricultor familiar de mamona, destacam-se: baixa escala de produção; dispersão espacial das famílias assistidas; restrições tecnológicas; baixa produtividade; manejo inadequado; elevada sazonalidade de produção; secas prolongadas e cada vez mais irregulares; assistência técnica deficitária; preços instáveis; falta de tradição em associativismo e presença atuante dos atravessadores; alto nível de endividamento dos agricultores rurais; e dificuldades de acesso ao crédito rural.

No caso da palma (ou dendê), os trabalhos desenvolvidos com agricultura familiar são pilotos e crescem de forma mais lenta em decorrência dos altos investimentos necessários nessa cultura, uma vez que, na maioria dos casos, os plantios estão integrados ao processamento dos cachos.

Participação regional no total de aquisições de matérias-primas para produção de biodiesel advindos da agricultura familiar em R$ no ano de 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011)

Adicionalmente, o tempo de maturação do investimento é alto, devido ao longo tempo entre a germinação de sementes e início da primeira colheita. Há ainda limitações de ordem burocrática (como aquisições de sementes e a dramática questão latifundiária) e de infraestrutura (não somente de estradas, mas de ordem social, como escolas, lazer etc.) que dificultam o planejamento das empresas, pois acabam tendo que atuar em atividades secundárias, isto é, fora do âmbito da produção de óleo de palma e seus derivados.

As maiores percentagens sociais ainda são compostas pelo fornecimento de soja dos agricultores familiares sulistas – que possuem boa estrutura, tradição em cooperativismo e realidade diferente do Norte e Nordeste do País. Essa situação conflita com os reais objetivos do PNPB, fortemente pautados no desenvolvimento social de áreas mais carentes.

A soja possui vantagens competitivas evidentes frente às demais oleaginosas aqui abordadas. Em campo, o alto nível tecnológico permitiu o cultivo da soja em várias regiões do País. A alta mecanização também contribui para ganhos em escala e produtividade do cultivo. A boa gestão é encontrada até mesmo entre os agricultores familiares que estão organizados em cooperativas para gerenciar a demanda imposta pelo PNPB. Isso tem contribuído para que a oleaginosa atenda – em quantidade - não somente à demanda obrigatória imposta pela legislação de adição de biodiesel ao diesel, como também às requisições do SCS.

Projetos de inclusão produtiva de agricultores familiares são, na maioria das vezes, desenvolvidos em comunidades com fortes demandas sociais. Assim, é vital que ações de assistência técnica voltadas para estes agricultores venham acompanhadas de movimentos que melhorem o capital social e as condições de saúde, segurança, habitação e educação dessas populações.

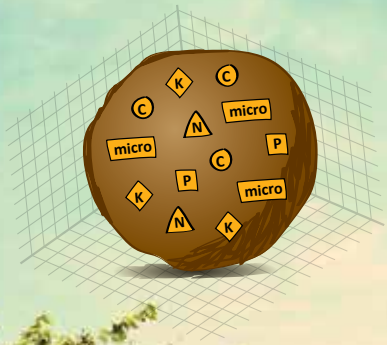
O prolongado processo de marginalização econômica que caracteriza boa parte destes agricultores demanda trabalhos de inclusão produtiva, mas também ações que levem a mudanças culturais mais profundas nessas comunidades. Todas essas transformações são importantes para aumentar o capital social destes agricultores e, dessa forma, fomentar e incrementar a efetividade de suas ações coletivas.

Embora o PNPB tenha proporcionado avanços nessa direção, ele ainda encontra dificuldades em promover um desenvolvimento regional sustentado baseado na inclusão de pequenos agricultores familiares. Ainda assim, vale ressaltar que esforços têm sido direcionados para suplantar essas dificuldades. O número de famílias integradas na cadeia produtiva do biodiesel tem elevado-se a cada ano, bem como o aumento de renda dos agricultores familiares envolvidos nesses sistemas de produção. Por ora, é possível afirmar que a entrada da Petrobras, bem como as alterações da antiga normativa, podem contribuir de forma relevante para revitalizar o pilar social do programa. Este novo capítulo do PNPB merece ser acompanhado de perto.... ■

[1] Professora do Departamento de Engenharia de Agronegócios da UFF/ Volta Redonda (RJ) – Coordenadora do Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais (GASA) - aldaracesar@id.uff.br

[2] Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar/São Carlos (SP) – Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) - dmob@ufscar.br

Só com muita pesquisa para se obter um organomineral com tantas vantagens.



Fotos meramente ilustrativas.

A presença de matéria orgânica em fertilizantes organominerais tem efeitos positivos já bastante conhecidos. Entretanto, o diferencial do Farture está no processo de fabricação. Por meio da exclusiva tecnologia Agrária, todos os nutrientes minerais são incorporados no mesmo grão e interagem com o componente orgânico, que é de altíssima qualidade. Farture é mais eficiente na utilização dos nutrientes e permite uma melhor distribuição.

FARTURE. QUANDO TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE SE ENCONTRAM NUM ÚNICO GRÃO.



Desde 1978, a Agrária Fertilizantes desenvolve soluções para a produtividade no campo. E sempre é reconhecida pela alta qualidade dos seus produtos. Essa tal qualidade é o jeito de ser da empresa, que caminha junto do agricultor. Que orienta sua atuação para que ele produza mais e abasteça as cidades, enquanto cuida do solo. **Agrária. A marca da terra.**

Agrária
FERTILIZANTES

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200 *Jardinópolis*

Ocupação agrícola

A importância da gestão territorial

Claudio A. Spadotto*

POR SUA distribuição difusa no espaço geográfico, a evolução espaço-temporal da agricultura pode comprometer sua sustentabilidade e limitar os benefícios dessa atividade para a sociedade. O território rural é alterado por diferentes e complexas forças. Os processos de expansão, intensificação, diversificação e substituição são contínuos. Existem também outras atividades em desenvolvimento, como as de infraestrutura e urbanização, enquanto as ações regulatórias afetam a competitividade e a sustentabilidade da agricultura e da agroindústria. Diante dessa complexa dinâmica, a gestão territorial impõe-se como instrumento de planejamento, implantação e acompanhamento das políticas públicas e de setores privados.

Na agricultura, assim como em outros setores, a gestão territorial requer a capacidade de produzir e interpretar dados, geoestatísticas e mapeamentos, apresentados em estudos, relatórios e sistemas informatizados. O espaço geográfico serve como base e referência para o gerenciamento.

A partir de levantamentos extensivos de dados e informações de várias naturezas e em diferentes escalas, o espaço geográfico passa a ser a unidade integradora. Por sua vez, o uso de geotecnologias, convertidas em ferramentas de sistematização de informações e conhecimento, auxilia e aumenta a eficiência da gestão territorial. Para a efetiva gestão territorial, busca-se tornar o conhecimento do território mais acessível aos gestores para lhes possibilitar visões estratégicas. Na gestão territorial em nível estratégico, é necessário enxergar no longo prazo e além dos limites geográficos e setoriais da agricultura.

A Embrapa Gestão Territorial, criada em 2011, veio para consolidar a atuação da Embrapa nessa área do conhecimento. O seu compromisso é propor, coordenar e executar serviços para a gestão territorial da agricultura, em nível estratégico, através do desenvolvimento tecnológico e de soluções inovadoras. Os benefícios recaem diretamente sobre a sociedade.

Com a avaliação e o monitoramento do uso e da ocupação das terras agrícolas e agricultáveis, busca-se atender à crescente demanda dos setores público e privado por informações territoriais, com vistas a orientar políticas de planejamento e investimentos em áreas de produção rural e agroindustrial, assim como de transporte, logística, abastecimento, comercialização e outras. A gestão do território, além do meio físico e dos recursos naturais, inclui os aspectos sociais, econômicos e políticos da tomada de decisão, necessários para direcionar, no tempo e no espaço, várias finalidades, decisões e ações.

A agricultura, de importância fundamental para o País e os seus cidadãos, possui reputação e imagem em construção, com a alternância de percepções positivas e negativas não condizentes com a realidade. Com suas teses, estudos e opiniões, os professores, pesquisadores e especialistas do tema devem contribuir para a melhor informação da sociedade.

Nesse sentido, o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), criado em 15 de abril de 2011, surge como uma mobilização interessante. O seu objetivo precípuo é o de discutir temas relacionados à sustentabilidade da agricultura e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto. Trata-se de uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautada na imparcialidade, ética e transparência, para valorizar o conhecimento científico. ■

*Gerente Geral da Embrapa Gestão Territorial e Diretor do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS).

O que mostram as estatísticas

Estudo realizado pela Embrapa, a partir de dados oficiais do IBGE, mostra a importância do conhecimento da distribuição espacial da agricultura. Das 558 microrregiões de municípios brasileiros, 33 são responsáveis por cerca de 50% da produção de grãos. Dentre estas, 8 microrregiões responde por 25% dos grãos produzidos no País. Vale dizer que cada microrregião abrange cerca de 10 municípios.

A produção brasileira de cereais e oleaginosas está fortemente concentrada em alguns municípios. Na produção do arroz, por exemplo, 25% são produzidos em 3 microrregiões do Rio Grande do Sul. No caso do feijão, 9 microrregiões são responsáveis por 25% da produção, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Bahia. Entre as commodities, 25% da soja são produzidos em 4 microrregiões de municípios localizados nos estados de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Para o algodão, o dado é mais extremo: 25% da produção estão em apenas uma microrregião no oeste baiano.

Esses números assumem importância ainda maior pela dimensão continental do Brasil, a convivência com 6 biomas de características distintas, conjugadas às suas grandes deficiências em infraestrutura.

Desenvolvimento sustentável

Lições das cooperativas do Paraná

Gilson Martins*

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) elegeu 2012 para comemorar o ano internacional do cooperativismo. O objetivo é chamar a atenção ao modelo de organização como um meio alternativo para fazer negócios e promover o desenvolvimento socioeconômico. A escolha da ONU assume no Brasil um significado ainda mais relevante, já que neste ano o país foi sede da Rio+20, a conferência da ONU para Desenvolvimento Sustentável. Essas duas ocasiões oferecem uma oportunidade interessante para reflexões sobre os conceitos de sustentabilidade e cooperativismo. E o cooperativismo paranaense, o maior do Brasil, pode fornecer importantes elementos para essas reflexões.

A preocupação com a disponibilidade de recursos para as próximas gerações é bastante contemporânea no cooperativismo paranaense. O histórico da colonização do estado propiciou a formação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Nas regiões com grande concentração de pequenos agricultores, principalmente no oeste do estado, as cooperativas tiveram que lançar mão de estratégias de fomento à diversificação e à melhoria de renda. Um exemplo é a avicultura e a suinocultura, que permitiram a intensificação do uso da mão de obra na propriedade rural, viabilizando a manutenção dos cooperados e suas famílias na atividade rural. Por outro lado, há também no Paraná regiões com cooperativas com uma maior participação de propriedades de porte médio, no centro-sul do estado. Um fator preocupante para elas é a viabilidade da atividade rural por conta da partilha da terra entre os filhos. Dentre as alternativas para a mitigação do problema, elas consideram, por exemplo, a ocupação de novas fronteiras agrícolas.

É curioso notar que o movimento cooperativista se baseia tradicionalmente em motivos de cunho econômico e social, duas das bases do Desenvolvimento Sustentável. O sucesso das cooperativas do Paraná é, nesse sentido, um caso bastante ilustrativo. Primeiro, a formação de cooperativas esteve bastante ligada aos movimentos migratórios vindos principalmente da Alemanha, Holanda, Polônia e Japão. Ao chegarem ao estado, as comunidades de imigrantes se deram conta que estavam em um local com condições de produção bem diferentes daquelas de seus países de origem. Além disso, os agricultores individuais estavam em posição bastante frágil para a aquisição de crédito, compra de insumos ou venda da produção. Esses povos aprenderam, no entanto, que a melhor forma de superar essas desvantagens era por meio da cooperação, cultura que já traziam de seus países de origem.

O caso paranaense não é uma exceção; pode-se dizer que se trata de um modelo cooperativista de organização que tem suas bases em motivos econômicos

Números do Cooperativismo Paranaense	
Nº de Cooperativas	240 (80 agro)
Nº de Cooperados	745 mil
Nº de Colaboradores	65 mil
Postos de trabalho gerados	1,5 milhões
Faturamento	R$ 32 bi
Exportações	US$ 2,2 bilhões

Fonte: Sistema Ocepar



SXC.HU

e sociais, que são também dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável. Já a outra dimensão do conceito, o meio ambiente, permeia o cooperativismo de uma forma diferente:

Um aspecto importante é a incorporação (ou não) da prerrogativa de conservação e proteção ambiental como princípio básico do cooperativismo. Em 2011, a Aliança das Cooperativas das Américas (ACI-Américas) sugeriu a incorporação da proteção e conservação ambiental como o oitavo princípio do cooperativismo. Já em 2009, a ACI-Américas lançara o "Pacto Verde Cooperativo" e recomendava a adoção voluntária da proteção ambiental como princípio das cooperativas. Em 2012, a Aliança Cooperativista Internacional (ACI) decidiu que não seria necessária essa inclusão, pois a proteção ambiental já estaria contemplada no 7º princípio, sobre o "interesse pela comunidade".

Com efeito, cooperativas do Paraná já adotam voluntariamente premissas de meio ambiente e sustentabilidade na visão de negócios. O fato é que, no caso delas, a adoção de ações ambientais está também balizada pelas premissas dos princípios básicos do cooperativismo, que consideram de forma bastante forte os motivos sociais e econômicos dos cooperados.

Em suma, a sustentabilidade pode ser vista como modelo e princípio norteador, enquanto que o cooperativismo, como uma ferramenta para se alcançar o desenvolvimento. O Paraná é um bom exemplo de que o conceito de cooperativismo está alinhado ao desenvolvimento sustentável. As cooperativas, que no estado há tempos são vetores da promoção social e econômica das comunidades rurais, são crescentemente promotoras de ações ambientais de relevância no campo. O grande desafio é compatibilizar as ações ambientais com as prioridades sociais e econômicas do quadro social das cooperativas e reverter essas ações em oportunidades de negócios, com efeitos positivos nas comunidades rurais. ■

*Doutor em Ciências Florestais e Ambientais pela Albert-Ludwigs-Universität (Freiburg) e assessor técnico-econômico no Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar

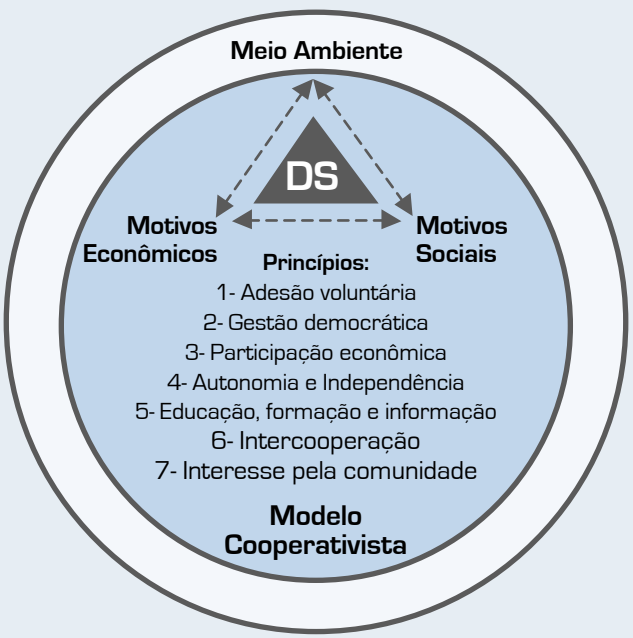
A questão do meio ambiente no cooperativismo

Pode-se dizer que motivos ambientais assumiram maior importância como variáveis relevantes na tomada de decisões das organizações apenas em período mais recente. Seja por se depararem diretamente com os problemas ambientais, pelas pressões da sociedade civil organizada, seja pelo aumento do nível de exigência das leis, em especial nos últimos 30 anos, as organizações tiveram que, aos poucos, incorporar a proteção e a conservação ambiental como variáveis no seu modo de operar. Os desafios e as exigências são tão maiores quanto maior o tamanho da organização. Nesse sentido, as cooperativas estão sujeitas praticamente aos mesmos desafios ambientais que outras formas de organização econômica;

Uma peculiaridade do cooperativismo é o fato de considerar de maneira muito forte os motivos sociais (dos cooperados) no seu modo de fazer negócios. Por exemplo, há uma rica literatura que relata casos de melhorias na governança ambiental em cadeias produtivas globais por meio da ação de empresas multinacionais. De forma geral, essas empresas alcançam os níveis desejados de governança ambiental por meio do aumento dos níveis de exigência aos seus fornecedores, em boa parte dos casos – excluídos aqueles que não as atendem, independentemente das consequências sociais dessas medidas, o que é uma maneira de agir pouco provável para a maioria das cooperativas, já que elas prezam pelo suporte econômico e social aos seus cooperados. Nesse sentido, cooperativas tendem a questionar intensamente prerrogativas ambientais impostas externamente vis-à-vis às prerrogativas econômicas e sociais dos cooperados;

É importante ressaltar que as cooperativas são muito eficientes para a promoção e adoção de padrões tecnológicos no campo. Isso se aplica também à adoção de prerrogativas ambientais por associados, conforme demonstra o caso das cooperativas do Paraná. Por exemplo, isso se aplica ao programa estadual para recolhimento de embalagens de agrotóxicos, em que as cooperativas tiveram um papel muito importante para difusão de informação e operacionalização. Também, iniciativas de cooperativas culminaram com a recuperação da mata ciliar ao redor de nascentes de milhares de propriedades rurais no oeste do Paraná. Ou seja, uma vez que a prerrogativa ambiental é definida como prioritária, as cooperativas têm grande força para implementá-la.

Modelo integrado do cooperativismo e desenvolvimento sustentável











AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

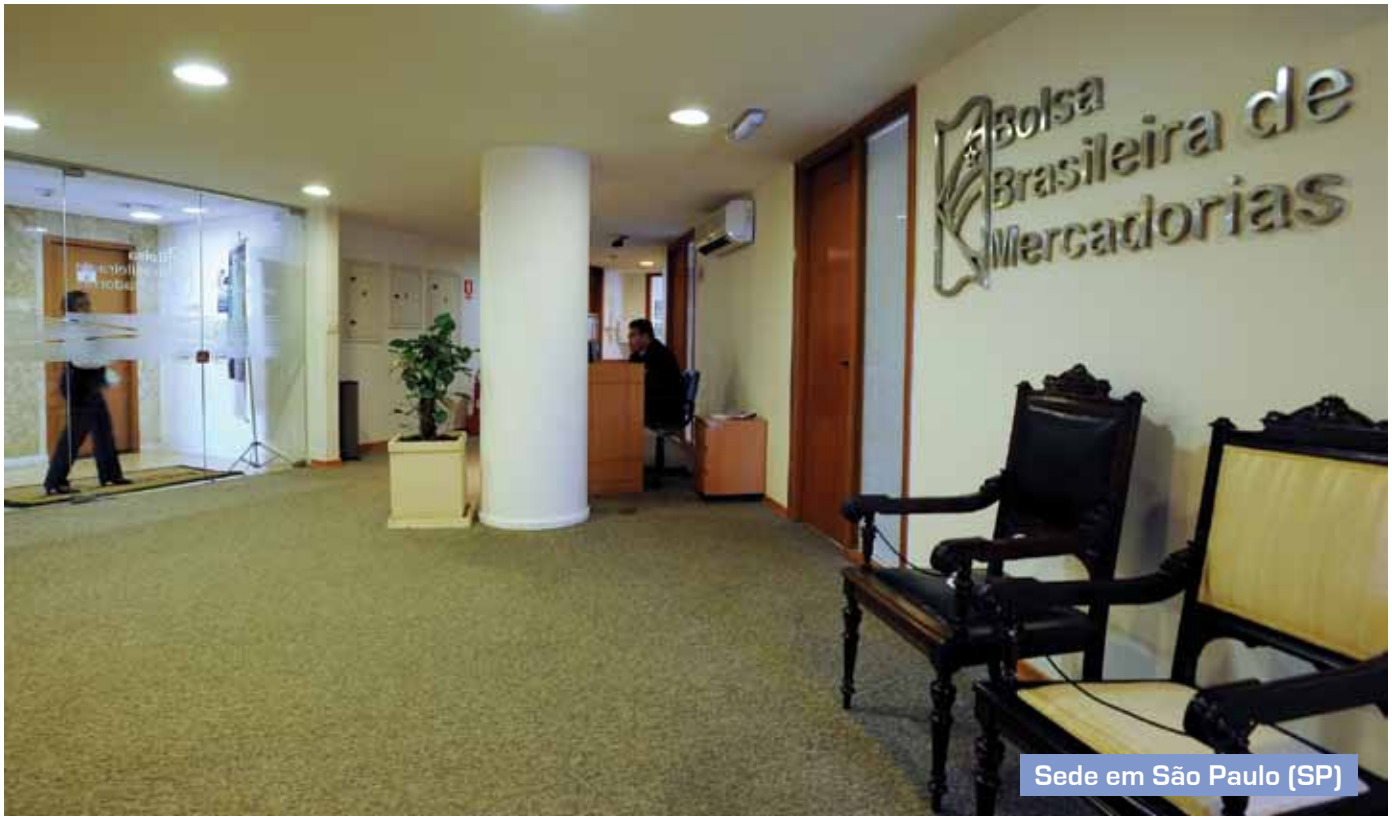
Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
a partir do dia 30 de julho de 2012
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo



Sede em São Paulo (SP)

BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
10 ANOS DE EXISTÊNCIA

Bolsa Brasileira de Mercadorias

A Bolsa Brasileira de Mercadorias foi concebida para ser a bolsa do agronegócio brasileiro e para se tornar o endereço eletrônico para encontro de produtores, cooperativas, exportadores, comerciantes, instituições financeiras, governo e demais agentes interessados na realização de negócios.

Para alcançar esse objetivo, a Bolsa, quando do desenvolvimento de seus sistemas, levou em consideração fatores conjunturais e estruturais, em especial os seguintes:

• a necessidade de organizar o mercado físico, de forma a atrair compradores e vendedores interessados em preços transparentes para seus produtos;

• a necessidade de instituir endereço único para os agentes do agronegócio registrarem seus contratos, para o Governo Federal registrar e lançar seus instrumentos de política agrícola e para os produtores rurais e cooperativas negociarem no mercado de balcão os títulos representativos de mercadorias depositadas em armazéns certificados;

• a tendência de terceirização dos serviços considerados como suplementares ao funcionamento operacional de uma bolsa e a alternativa de prestação dos serviços de cadastro, registro, compensação e liquidação dos negócios da Bolsa Brasileira de Mercadorias pela BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através de convênio.

Constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, com sede em São Paulo (SP), tem como proprietários:

• a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA detentora de 203 títulos patrimoniais;

• e as Corretoras de Mercadorias Associadas, com 202 títulos patrimoniais.

Os títulos patrimoniais de propriedade das Corretoras de Mercadorias Associadas estão vinculados às Centrais Regionais de Operações (CROs) de Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Uberlândia (MG), onde a Bolsa man-

Produtos e serviços disponibilizados ao mercado



tém filiais. Sempre com a intermediação de uma corretora associada, a Bolsa disponibiliza para os clientes interessados na realização de negócios os seguintes produtos e serviços:

- Leilões da Política Agrícola.
- Registro de negócios de balcão de:
  - Contratos de compra e venda a termo de produtos agropecuários;
  - Contratos de compra e venda a termo de algodão em pluma (SINAP Registro);
  - Títulos do agronegócio.
- Registro de informações de negócios de algodão em pluma (SINAP Cadastro).
- Registro de comprometimentos e consultas (Iagro).
- Câmara Arbitral do Agronegócio.
- Leilões de produtos agropecuários.
- Licitações públicas e Compras privadas.

Os negócios são realizados pelas corretoras associadas, em ambientes computacionais disponibilizados via internet, utilizando a infraestrutura tecnológica da BM&FBovespa, instalada em Data Center, com acessos de rede de alta velocidade e tecnologias de ponta em armazenamento e segurança.

É, atualmente, a bolsa de mercadorias mais completa do mercado brasileiro.

Filiais da Bolsa Brasileira de Mercadorias



Leilões da Política Agrícola

A Bolsa apoia a Companhia Nacional de Abastecimento na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, participando dos leilões dos estoques governamentais e dos instrumentos de apoio à comercialização.

Para participar desses leilões, a Bolsa disponibiliza, em cada uma das CROs, ambiente com instalações adequadas ao cumprimento de suas obrigações contratuais com aquela Companhia (conexão com o Sistema Eletrônico da CONAB, pessoal de apoio, microcomputadores, telefones, fax, sistema de reprodução de imagem, etc.), que permitem que os corretores participem dos leilões e o público em geral acompanhe a sua realização.



Filial de Porto Alegre (RS)

A CONAB realiza 13 modalidades de leilões por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização. Para melhor entendimento, elas estão separadas em cinco grupos, de acordo com a natureza dos participantes e os seus objetivos comerciais.

No 1º grupo, estão os leilões em que o participante exerce a atividade de agricultor (pessoa física ou jurídica), na produção de grãos, fibras ou oleaginosas. A finalidade dos leilões desse grupo é assegurar o direito de recebimento do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal ou superior na venda do produto. São eles os seguintes:

- PEPRO (Prêmio de Escoamento Pago ao Produto rural): trata-se de uma subvenção paga pelo Governo Federal diretamente ao produtor rural para venda e escoamento do seu produto agrícola.
- Contrato de Opção de Venda, que dá ao produtor rural o direito de vender o seu produto diretamente ao Governo Federal, através da operação denominada de AGF (Aquisição do Governo Federal), com preço igual ou superior ao preço mínimo de garantia.
- Recompra de Contrato de Opção de Venda, que dá ao produtor rural, titular de um contrato de opção de venda, a possibilidade de desistência de exercer a venda do produto ao Governo, recebendo um valor pela revenda do contrato que compense financeiramente desistir de exercer a opção para a CONAB.
- Contrato Privado de Opção de Venda, que dá ao produtor rural o direito ao exercício da venda do produto diretamente às empresas beneficiárias de subvenção federal que se comprometeram a lançar contrato de opção de venda privada para produtores rurais.

Observação: nesse grupo, podem ser negociados algodão em pluma, arroz, feijão, café, mandioca, milho, trigo e soja.

No 2º grupo, os leilões envolvem a subvenção federal, em que o participante tem o perfil de comprador de grãos, fibras e oleaginosas, seja para consumo próprio, seja para comercialização (mercado interno ou exportação), com o compromisso de garantir o preço mínimo aos produtores, nas aquisições de produtos. São os seguintes:

- PEP – Prêmio de Escoamento de Produto –, que é uma subvenção paga diretamente ao comprador.
- Repasse de Contrato de Opção de Venda, que é uma subvenção paga diretamente ao comprador para assumir o compromisso de adquirir os produtos que são objetos de exercícios de opção de venda.
- PROP – Prêmio de Risco pago ao Produtor Rural – 1º leilão –, que é uma subvenção paga para compradores lançarem contratos de opção de venda privados.

Observação: Neste grupo, podem ser negociados algodão em pluma, arroz, café, feijão, leite de vaca, milho, sisal, soja, trigo, vinho e mandioca.

Fazem parte do 3º grupo os leilões que não envolvem subvenção e em que o participante tem o perfil de comprador de grãos, fibras e oleaginosas, seja para consumo próprio, comércio ou exportação, a saber:

- Venda dos estoques reguladores e estratégicos;
- PACs – comercialização de produtos recebidos em doação e aquisição de produtos destinados a caráter social.

Neste grupo, podem ser negociados: algodão em pluma, arroz, café, feijão, milho, soja, trigo, vinho, farinha de mandioca, boi, madeira, cotas de importação de coco, castanha e sementes.



ANTONPRADO / STOCK FREE IMAGES

No 4º grupo, estão os leilões em que o participante é fornecedor de produtos ou prestador de serviços, o que inclui:

• Compra de produtos para atendimento dos programas sociais.

• Troca de produtos dos estoques do Governo (in natura) por produtos industrializados.

• Frete para remoção de estoques do Governo.

Podem ser negociados neste grupo: arroz, feijão, açúcar, cesta básica de alimentos, farinha de mandioca, farinha de trigo, flocos de milho, leite em pó, óleo de soja, sacaria e outros.

Finalmente, temos o 5º grupo, que abrange os leilões que envolvem subvenção federal sobre a venda de estoque do Governo, cujo único participante é o comprador de grãos estabelecido em regiões tradicionalmente de importação de produtos. Visam abastecer compradores de determinadas regiões (Norte, Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo):

• VEP – Valor de Escoamento de Produto.

Neste grupo, são negociados produtos dos estoques do Governo, principalmente o milho.

Registro de negócios de balcão

Para que sejam registrados negócios de balcão intermediados por corretoras, a Bolsa disponibiliza as seguintes modalidades/módulos para utilização conforme a característica e o tipo de operação:

• Registro de contratos de compra e venda a termo de produtos agropecuários: destinado ao registro de contratos de produtos, com exceção do algodão em pluma, com a exigência de que os instrumentos de formalização dos negócios contenham cláusula de adesão ao Juízo Arbitral da Bolsa (Câmara Arbitral), que poderá ser acionado em caso de divergência entre compradores e vendedores quando do cumprimento de suas obrigações previstas em contrato.

• Registro de contratos de compra e venda a termo de algodão em pluma (SINAP Registro): tem por finalidade receber o registro de contratos de compra e venda a termo de algodão em pluma intermediados por corretoras associadas, com inclusão obrigatória no contrato de cláusula de adesão ao Juízo Arbitral.



• Títulos do agronegócio: desenvolvidos para registrar os negócios de balcão (mercado secundário), com títulos do agronegócio registrados no Sistema de Registro de Títulos do Agronegócio (SRTA), administrado pela BM&FBOVESPA.

Registro de informações de negócios de algodão em pluma (SINAP Cadastro)

Foi desenvolvido, com o apoio da Junta de Corretores de Algodão, da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), da Associação Brasileira dos Exportadores de Algodão (ANEA) e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). Seu objetivo é registrar as informações dos contratos a termo de algodão em pluma que são realizados diretamente entre compradores e vendedores, com a finalidade de disponibilizar a geração de estatísticas confiáveis do mercado de algodão em pluma e, com isso, oferecer aos agentes de mercado melhores condições de planejamento do plantio e comercialização da safra brasileira.

Câmara Arbitral do Agronegócio

A Câmara Arbitral da Bolsa destina-se exclusivamente à arbitragem dos contratos de compra e venda a termo de algodão e outros produtos que contenham a cláusula de adesão ao Juízo Arbitral e que tenham sido registrados no SINAP Registro ou outro sistema da Bolsa.

A Arbitragem é um meio alternativo ao Judiciário para a solução de controvérsias, no qual as partes (pessoas físicas ou jurídicas) submetem-se a um ou mais árbitros ou, ainda, a uma Câmara de Arbitragem a fim de obter uma solução para a questão.

A arbitragem tem uma série de vantagens em relação à instauração de uma ação no poder Judiciário:

- Eficácia – a sentença arbitral tem o mesmo valor da sentença judicial;
- Agilidade – em regra, o prazo máximo entre a instauração do procedimento arbitral e a sentença é de seis meses;
- Especialização – o procedimento arbitral é realizado pela presença de árbitros-peritos;
- Sigilo – garantido por lei;
- Autonomia da vontade das partes – elas escolhem os árbitros ou o Tribunal.

A Câmara Arbitral da Bolsa conta com um Conselho de Árbitros formado por 116 profissionais credenciados. Cada parte pode escolher um e este, em conjunto ao Secretário do Juízo Arbitral, procede à instalação das Audiências.



SXC.HU

Iagro – Registro de comprometimentos e consultas

Com a finalidade de dar aos produtores e cooperativas melhores condições para negociar a compra de seus insumos e a venda da sua produção e oportunidades para as empresas de insumos e exportadores analisarem os riscos de crédito das operações a termo e de *barter*, a Bolsa criou o Sistema de Registro de Informações do Agronegócio (Iagro).

O Iagro é um banco de dados com informações dos negócios realizados entre produtores e cooperativas com os demais agentes da cadeia do agronegócio, com a finalidade de subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo e outras transações comerciais que impliquem risco financeiro. Possui regulamento próprio para estabelecer as regras e procedimentos que regem a relação entre os Registradores e a Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Em breve, quando o sistema estiver disponibilizado para uso no mercado, serão aceitos registros de informações sobre:

(I) Contratos a termo realizados entre produtores e tradings;

(II) Cessões de crédito pelos produtores dos seus contratos a termo às empresas de insumos;

(III) CPRs vinculadas em garantia dos contratos e das cessões de crédito;

(IV) Duplicatas mercantis decorrentes das vendas a prazo pelas empresas de insumos aos produtores;

(V) Notas promissórias rurais emitidas por produtores rurais em favor de suas cooperativas.

Leilões de produtos agropecuários

Os leilões de produtos agropecuários para ofertas de compra e venda disponibilizam telas que permitem a inclusão de todas as informações necessárias para realização dos negócios (quantidade, qualidade, local de depósito, data e local de retirada ou entrega do produto, preço e demais informações necessárias).

Foram desenvolvidos com a finalidade de atrair para o âmbito da Bolsa os negócios realizados no mercado informal de produtos agropecuários, que traz no seu bojo os riscos inerentes a esse tipo de comercialização.

Todos os leilões de produtos são realizados com segurança e transparência, através do cumprimento das normas estabelecidas pelo Regulamento de Operações da Bolsa. Os leilões de arroz, feijão e carne bovina são regidos por regulamentos específicos em função das peculiaridades desses negócios.

Os leilões realizados na Bolsa apresentam-se obrigatoriamente com liquidação financeira mediante depósito do valor da compra na conta da Bolsa, no dia útil imediato ao fechamento do negócio.

A Bolsa reconhece as dificuldades para a realização de leilões de produtos físicos nos seus ambientes de negociação, em virtude das peculiaridades do nosso País (extensão territorial, comercialização regional, cultura dos produtores rurais e dos compradores, etc.), mas entende que a utilização dos sistemas eletrônicos de comercialização tem evoluído exponencialmente e que a migração para o comércio eletrônico é irreversível.



SXC.HU



Licitações públicas e compras privadas

A Bolsa Brasileira de Mercadorias disponibiliza a plataforma BBMNet para realização de licitações públicas e compras eletrônicas, para operações de três modalidades: Pregão para aquisição de bens e serviços; Cotação para aquisições de bens de menor valor (dispensa); e Leilão para venda de bens inservíveis. O sistema está preparado para realizar eletronicamente tanto as licitações e os leilões promovidos pelos órgãos da administração pública, quanto as compras e os leilões promovidos pelas empresas do setor privado.

O objetivo da Bolsa com o seu sistema de licitações e compras eletrônicas é o de proporcionar aos usuários do sistema maior segurança, agilidade, customização de recursos, economia de tempo e controle eficiente das licitações e compras. Tudo isso com muita transparência, favorecendo a prestação de contas e, principalmente, contribuindo para uma importante redução dos custos das aquisições e contratações pelos órgãos públicos.

A plataforma utiliza o que há de mais moderno em Tecnologia da Informação. O sistema está hospedado na infraestrutura de informática da BM&FBOVESPA e opera a partir de 3 (três) grandes servidores de última geração, interligados, que garantem a necessária segurança e uma excelente performance na realização das operações.

A transparência dos pregões públicos está plenamente garantida no sistema. A sociedade em geral tem acesso e pode acompanhar integralmente pela internet, em tempo real, as principais etapas da disputa.

A Bolsa, em paralelo, dá apoio aos gestores públicos e compradores privados, oferecendo os treinamentos necessários, seja eles in loco, seja on-line, além de disponibilizar em seu site um Tutorial em vídeo, com o qual as entidades também podem a qualquer momento fazer consultas e tirar suas dúvidas. A Bolsa também conta com consultores especializados para atendimento on-line das demandas apresentadas pelos usuários do sistema.



Filial de Campo Grande (MS)

Benefícios do BBMNet

A plataforma também conta com inúmeros comandos e inovações, dentre as quais podemos destacar:

- Aplicação automática do desempate para atender o direito de prioridade da ME-EPP (microempresa – empresa de pequeno porte), no caso das compras públicas;
- Opção de fechamento do pregão por tempo aleatório (randômico) ou por prorrogação automática;
- Sala de negociação com a possibilidade de controlar e acompanhar até 10 sessões simultaneamente;
- Recursos e contrarrazão por meio eletrônico, via inserção de documento no sistema, para as compras públicas;
- Páginas (telas) das sessões com atualização automática, sem a necessidade de *refresh* (atualização da página) manual;
- Solicitação de esclarecimento dos editais por meio eletrônico;
- Possibilidade de fazer um pregão com cálculo de ICMS e IPI nos lotes;
- Relatórios gerenciais com as informações dos negócios e a possibilidade de fazer download da relação de planilhas em Excel;
- Bons filtros de pesquisa de editais e resultados;
- Variação mínima dos lances definida pelo pregoeiro ou comprador;
- Tutoriais on-line em cada fase do processo de compra, para auxiliar os usuários;
- Possibilidade de o pregoeiro ou comprador retornar fases e reiniciar o processo de compra a partir de qualquer etapa anterior para sanear possíveis problemas;
- Possibilidade de convocar o segundo colocado, retornando o processo de compra para a etapa de aceitação, com a abertura automática de ata complementar;
- Possibilidade de o pregoeiro ou comprador enviar uma mensagem para todos os chats de todos os lotes do edital;
- Possibilidade de incluir nomes de impedidos, evitando que inidôneos participem dos pregões;
- Ata da sessão, termo de adjudicação e termo de homologação fornecidos automaticamente;
- Site exclusivo para treinamentos e outras funções, além de atualizações contínuas no sistema;
- Possibilidade de o pregoeiro cadastrar os lotes que vão compor os editais em planilha Excel e enviá-las diretamente para o sistema.

O Bolsa Brasileira de Mercadorias está finalizando importantes melhorias na plataforma BBMNet que serão disponibilizadas para os usuários no mês de novembro próximo.

Para conhecer a Bolsa Brasileira de Mercadorias e os negócios que são passíveis de serem realizados nos seus ambientes de negociação, acesse o site www.bbmnet.com.br, fale conosco através bbm@bbmnet.com.br ou entre em contato conosco através do telefone (11) 2565-4596. ■

FÓRUM
INOVAÇÃO
AGRICULTURA E ALIMENTOS
PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL

comtudo

Alimentos: produzir mais e melhor.

Para um futuro sustentável.



Semana Mundial da Alimentação
Anote em sua agenda: Dia 19 de Outubro

Realização:

Mais informações: www.forumagriculturaealimentos.org.br

Diário de bordo

Uma nova tentativa...



Roberto Rodrigues*

EM MEADOS de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deputado Mendes Ribeiro Filho, instalou em Brasília o Comitê Estratégico para assessorá-lo na formulação das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do agro brasileiro. O grupo conta com cinco ex-ministros da pasta, com os presidentes das principais entidades de representação do setor produtivo rural – CNA, OCB, ABAG, SRB –, com deputados e senadores ligados à bancada agrícola, com destacados líderes da sociedade civil urbana e até com membros de outros organismos governamentais. Com isso, Mendes Ribeiro busca alguns objetivos: contar com a experiência de seus antecessores de outras épocas, com a colaboração dos principais líderes setoriais e do Parlamento, mas, sobretudo, ele procura reforçar sua posição política no interior do governo.

Na verdade, ele já tem obtido bons resultados com seu trabalho, graças à sua habilidade política (é claramente muito respeitado por seus pares da Câmara dos Deputados) e a suas boas relações pessoais com sua Chefe maior. O mais recente destes resultados no estímulo à produção agropecuária foi o Plano Agrícola e Pecuário para a próxima safra, no qual os recursos de crédito rural cresceram, as taxas de juros caíram, as cooperativas foram apoiadas, o seguro rural evoluiu e, sobretudo, os médios produtores receberam mais incentivos. Este último ponto é muito importante, porque os médios produtores vêm sofrendo pela inexistência de planos específicos para eles, como já têm os pequenos (felizmente muito bem assistidos) e como já não precisam os grandes, que se viram por conta própria. Mas os médios, que são os principais responsáveis pela democracia no campo, tema fundamental para o crescimento harmonioso da economia rural, estavam perdendo capacidade de resistência e deixando a atividade. O Pronamp, programa especial para eles, é, portanto, uma conquista muito bem-vinda.

Todos esses sucessos devem-se também ao excelente núcleo técnico que assessora o Ministro, constituído majoritariamente por gente competente do MAPA, cuja qualidade profissional é reconhecida e respeitada pela burocracia do Planalto.

Mas nada disso é suficiente, e o Ministro sabe disso. Enquanto ele e sua equipe fazem das tripas coração para conquistar espaços para os produtores brasileiros e, com isso, atendem a um clamor internacional pelo crescimento da nossa produção agropecuária no sentido de melhor abastecer o mundo e mitigar a fome de milhares de cidadãos nos países emergentes; outros órgãos do mesmo governo não estão alinhados ao MAPA e emperram o avanço do setor.

São inúmeras e recorrentes as queixas quanto à morosidade do registro de novos defensivos agrícolas, compostos por moléculas mais modernas e muito menos agressivas ao meio ambiente, que podem ser aplicadas em doses menores, o que reduz o uso de água e combustíveis na aplicação.

Também são intensas as reclamações a respeito das posições do IBAMA, do INCRA, da FUNAI, da ANVISA e outros órgãos, para citar apenas algumas instituições que até podem ter boas intenções, mas erram na dose. A morosidade para a obtenção da ortorga da água para irrigação e da licença de desmatamento legal, e a burocracia para a obtenção de crédito rural (e aqui louve-se a atuação do Banco do Brasil, que vem buscando permanentemente melhorá-la) são alguns outros gargalos citados.

É claro que a lei tem quer ser cumprida, e quem estiver fora dela é passível de punição. O que não parece correto é a lentidão das providências legais, eventualmente filha dos preconceitos contra o agro, frutos da ignorância ou da desinformação.

Tudo isso está na agenda do Comitê, que, na verdade, deve ajudar o Ministro a defender um grande projeto para o desenvolvimento sustentável do agro brasileiro, um Código Agroambiental, que emerge naturalmente após a Rio +20. ■

*Embaixador Especial da FAO para o Cooperativismo, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Homenagem ao produtor



Cesário Ramalho da Silva*

NO DIA 28 de julho, foi comemorado o Dia do Agricultor. Além de me congratular com homens, mulheres e jovens que, dia após dia, ano após ano, vêm cultivando suas terras, produzindo, gerando empregos e riquezas para o Brasil e o mundo, esta data também é oportunidade para uma breve reflexão sobre o atual momento do setor, bem como de planos para o futuro.

Sem dúvida alguma, devemos grande parte da prosperidade do País aos produtores rurais. É do suor anônimo desses heróis que se extrai a energia que movimenta todos os demais segmentos da nossa economia e que se faz da agropecuária brasileira uma das mais competitivas do mundo.

O produtor rural é o personagem da nossa sociedade que dá segurança à integração do Brasil, pela sua presença em todo território nacional. É responsável por abastecer com alimento a preços adequados a mesa dos brasileiros, melhorar o poder aquisitivo da população e levar nossos produtos (alimentos, fibras, energia) a dezenas de países, esforço que já garantiu à nação bilhões em reservas cambiais.

Além de sustentar as exportações, o produtor é o protagonista do agronegócio, que é um só. É preciso acabar com a ideologia de separar a agricultura em familiar e empresarial. Temos o pequeno, o médio e o grande produtor rural. Todos formam e têm seu papel no agronegócio, de acordo com suas características e perfil de produção. Pensar de forma diferente é negar o direito do pequeno produtor de almejar crescer e se tornar grande.

Mesmo com todos os benefícios gerados, o campo (e o produtor) ainda enfrenta grande preconceito, principalmente vindos de setores urbanos. Para acabar com esse quadro, as entidades do setor, por meio de um discurso coeso, precisam investir na formação da opinião pública, estabelecendo um diálogo franco, consistente, pautado pelo conhecimento e também pela emoção. Somente assim a realidade rural será melhor compreendida.

Mais que vender produtos, o agro tem que vender confiança e credibilidade, principalmente ao consumidor e à comunidade internacional. Dessa forma, o setor conquistará poder político semelhante ao poderio econômico.

Mas a realidade é que continuamos com os mesmos problemas estruturais de anos atrás. Aliás, maiores, porque o agronegócio cresceu. Indefinição das leis ambientais, infraestrutura logística precária, deficiências na defesa sanitária, legislação trabalhista detalhista e conflitante com as particularidades do trabalho rural são os vilões para o desempenho do agro e, consequentemente, para os demais segmentos da economia.

O produtor vive uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que é o personagem mais importante da cadeia produtiva, é o elo mais fraco, espremido entre o poder financeiro de grandes grupos fornecedores de insumos, conglomerados agroindustriais e gigantes varejistas. Apesar disso, avançamos, crescemos muito, graças ao trabalho incansável do produtor e ao domínio da tecnologia da agricultura tropical.

O Brasil precisa diversificar as fontes de crédito, intensificar o seguro rural, aprimorar o programa de preços mínimos, buscar maior estabilidade da renda da agricultura.

Nas negociações internacionais, temos que ser mais atuantes. O Brasil não pode confundir anseios políticos com a necessidade de ampliar o acesso a novos mercados. Temos que estar preparados para contestar o protecionismo disfarçado de exigências técnicas.

O mundo precisará produzir 70% a mais de alimentos até 2050 para alimentar uma população extraprojetada em 2,3 bilhões de pessoas, diz a FAO.

O Brasil é o país que reúne as melhores condições para fornecer os alimentos e a energia limpa e renovável de que o planeta tanto precisa. Disponibilidade de terras, clima favorável, variedade de solos, água doce abundante são importantes vantagens. Sem contar o perfil empreendedor, a competência dos produtores e dos trabalhadores rurais.

Para que a expectativa de celeiro do mundo se concretize, precisaremos investir muito em pesquisa, com a biotecnologia e a nanotecnologia aplicadas à produção rural. O futuro será de quem investir em qualidade, inovação, segurança de produtos e processos, entre outros atributos. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Competitividade do setor sucroenergético paulista



Mônika Bergamaschi*

O ESTADO de São Paulo recebe cotidianamente a visita de diversas comitivas interessadas em conhecer o programa do etanol de cana-de-açúcar. São delegações vinculadas a governos de todos os continentes, grupos de empresários, cientistas, técnicos, especialistas em assuntos ambientais, estudantes e curiosos.

São Paulo possui 171 usinas em operação e 5,3 milhões de hectares plantados com cana-de açúcar, aproximadamente 60% da área plantada com a cultura em todo território brasileiro na safra 2012/13. Em termos de uso e ocupação do solo, esta é a segunda maior no estado, precedida apenas pela área coberta com pastagens.

No aspecto ambiental, o etanol é a principal fonte de energia renovável da matriz energética paulista, composta por 57% de energia limpa. O consumo do etanol como combustível renovável nos motores *flex-fuel* contribui de maneira inequívoca para a melhoria da qualidade do ar, via redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Com a safra menor, deixamos de contar com 6 bilhões de litros de etanol, que foram substituídos por 4,2 bilhões de litros da gasolina C.

A importação de gasolina impacta também o saldo da balança comercial, além do fato de que a atividade industrial cai, em decorrência da estagnação na construção de novas plantas ou na modernização do parque industrial existente. A ausência de investimentos, tanto nas agroindústrias, quanto nos canaviais, pressiona a oferta, que não acompanha a demanda. Como se não bastasse, sobram respingos sobre a indústria de base, máquinas agrícolas, equipamentos, serviços, comércio, enfim, toda a estrutura de negócios que gravita em torno do setor.

Além de aspectos econômicos e ambientais, é sabido que o setor sucroenergético é um importante gerador de empregos. A queda na rentabilidade, somente nos últimos dois anos, já comprometeu 14 mil empregos diretos e cerca de 30 mil indiretos.

As dificuldades vividas são visíveis e as perspectivas, complexas. O aumento dos custos de produção e as limitações impostas aos preços do etanol e da energia gerada a partir de biomassa de cana não trazem nenhum alento. Trata-se de endividamento e falta de incentivo, que não combinam em nada com o momento, em que todo o mundo volta os olhos para o que o Brasil fez no campo do etanol e da cogeração de energia elétrica.

O caminho fundamental para a superação da crise do setor deve ser pautado em políticas públicas de curto prazo, que evidenciem e diferenciem as externalidades positivas das energias limpas, de fontes renováveis, além de planejamento de médio e longo prazo, que, por sua vez, carece de uma orientação política clara sobre a participação do etanol e da energia elétrica de biomassa na matriz energética brasileira.

O governo paulista tem manifestado seu apoio e confiança no setor. Um importante passo foi a desoneração da carga tributária do etanol hidratado, reduzindo o ICMS para 12% (nos demais estados da Federação, o índice médio varia de 25 a 28%). Mais recentemente, no lançamento da Política Estadual de Mudanças Climáticas, PEMC, estipulou que, no ano de 2020, a matriz energética paulista será composta por 69% de energias limpas, e esse intento não será possível se o etanol e a cogeração não contribuírem com a maior parcela. A pesquisa tem trabalhado em sintonia fina com o setor privado: melhoramento genético, sanidade, produção de mudas, enfim, tecnologia de ponta a serviço da retomada do crescimento.

Mais do que isso, o governo paulista está ciente da necessidade de recompor uma história vitoriosa e conta com a união de todos os elos da cadeia para a proposição das medidas necessárias. Somente o trabalho orquestrado e em conjunto reposicionará o etanol e o setor sucroenergético na trajetória de excelência, que é sua, de fato e de direito. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em agosto de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	330.000	410.000	380.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	610.000	550.000	590.000
New Holland	CR 9060	650.000	667.000	650.000	780.000
New Holland	CS 660	445.200	496.769	535.000	645.000
New Holland	TC 5090	360.000	410.000	420.000	430.000
New Holland	TC 5070	318.000	350.000	355.000	375.000
Valtra	BC 6500	513.000	580.000	534.700	560.000
Valtra	BC 7500	544.000	680.000	646.970	700.000
Valtra	BC 4500	304.000	340.000	396.800	350.000
Jonh Deere	1175 HY	300.000	411.000	350.000	358.550
Jonh Deere	9470	490.000	560.000	517.000	502.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em agosto de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	115.000	128.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	143.000	143.000	145.000	150.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	233.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	175.00	170.000	220.000
New Holland	TM 7040	180.000	188.000	185.000	213.000
New Holland	T 7060	210.000	225.000	225.000	270.000
Valtra	BM 125-4	115.000	136.000	133.000	138.000
Valtra	BM 185-4	183.000	211.000	194.800	220.000
Valtra	BM 205-4	190.000	223.500	208.900	225.000
Jonh Deere	7210	246.000	298.000	279.000	279.000
Jonh Deere	8335	375.000	680.000	600.000	330.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de plantadeiras em agosto de 2012 (R$/unidade)

PLANTADEIRAS	MODELO	LINHAS/ESPAÇAMENTO	POTÊNCIA DO TRATOR (CV)	PREÇO
Baldan	PAH - 2	2 linhas	70	7.980
Baldan	PAH - 4	4 linhas	70	14.076
Baldan	Solografic 4000	8 linhas (PD)	70	68.200
Baldan	Solografic 4500	10 linhas (PD)	80	86.650
Baldan	Solografic 5000	12 linhas (PD)	100	96.866
Jumil	Exacta 08/04 L	4 linhas (PD)	75	60.000
Jumil	JM 2090 PD MG	4 linhas (PD)	65	19.000
Jumil	JM 2980 PD EX	12 linhas (PD)	120	122.000
Jumil	JM 2880 PD MG	12 linhas (PD)	120	99.000
Jumil	JM 2680 PD EX	6linhas (PD)	70	51.500
Jumil	JM 2580 PD MG	6 linhas (PD)	70	41.000
Marchesan	Suprema 08	4 linhas (PD)	75	59.900
Marchesan	Suprema 09	4 linhas (PD)	80	80.800
Marchesan	Suprema 10	5 linhas (PD)	85	88.700

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

O início dos trabalhos de plantio da safra 2012/2013 está próximo. Considere um agricultor que queira, em agosto de 2012, comprar uma plantadeira para plantio direto, modelo JM 2980, 12 linhas, da fabricante Jumil, cujo preço é R$ 122.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R$ 36.000,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de 5 anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para dezembro de 2012). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a.. No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 133.352,34 pela plantadeira. O preço médio de cada parcela é de R$ 9.735,23.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/12/12	85.400,00	8.540,00	1.537,81	10.077,81	1
15/06/13	76.860,00	8.540,00	2.082,91	10.622,91	2
15/12/13	68.320,00	8.540,00	1.851,47	10.391,47	3
15/06/14	59.780,00	8.540,00	1.620,04	10.160,04	4
15/12/14	51.240,00	8.540,00	1.388,60	9.928,60	5
15/06/15	42.700,00	8.540,00	1.157,17	9.697,17	6
15/12/15	34.160,00	8.540,00	925,74	9.465,74	7
15/06/16	25.620,00	8.540,00	694,30	9.234,30	8
15/12/16	17.080,00	8.540,00	462,87	9.002,87	9
15/06/17	8.540,00	8.540,00	231,43	8.771,43	10
Total		85.400,00	11.952,34	97.352,34	-
Total pago: R$ 36.000,00 (entrada) + R$ 97.352,34 (financiamento) = R$ 133.352,34					

Produção agrícola brasileira

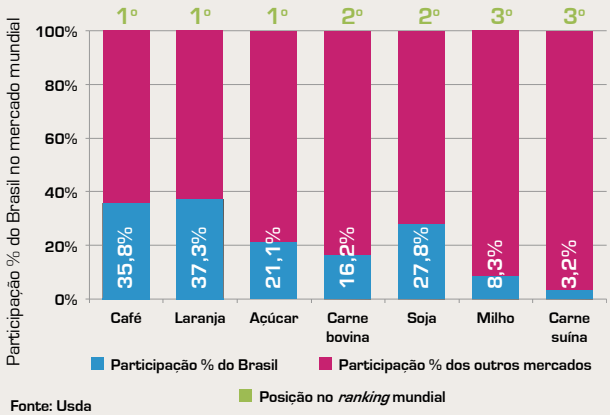
Décimo primeiro levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Agosto/2012: estimativa de produção em mil toneladas

Produção	2007/08	2008/09	2009/10	2010/2011 Previsão (A)	2011/2012 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.093,2	-4,2
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	301,9	33,3
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	274,8	38,0
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	27,1	-0,7
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.606,7	-14,7
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,6	12,5
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,5
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.906,5	-22,1
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	-26,5
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.069,3	-19,3
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	727,4	601,6	-17,3
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	106,9	28,6
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,3	25,8	-81,7
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.776,5	26,8
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	34.946,7	34.218,9	-2,1
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	22.460,3	38.557,6	71,7
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.398,9	-11,8
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.096,2	-9,4
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	-1,6
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	108,5	-5,6
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.803,0	165.923,9	1,9

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

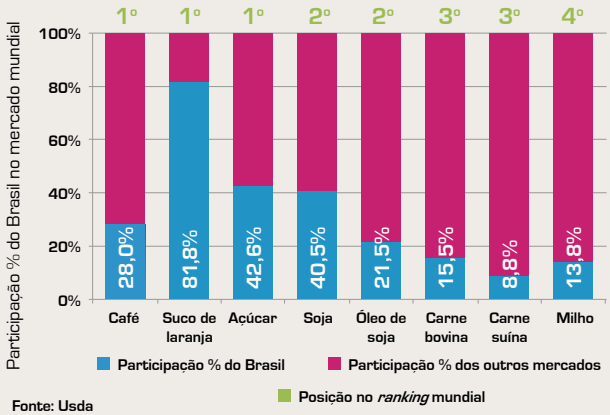
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011/12



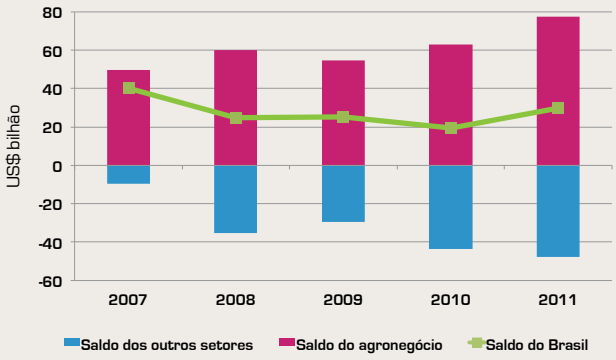
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011/12



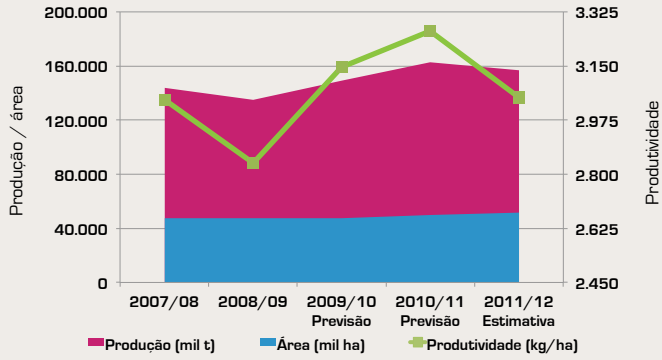
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



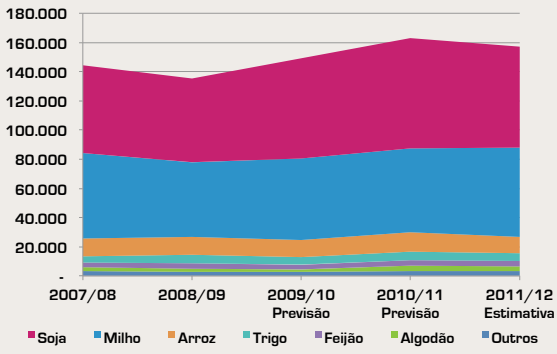
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



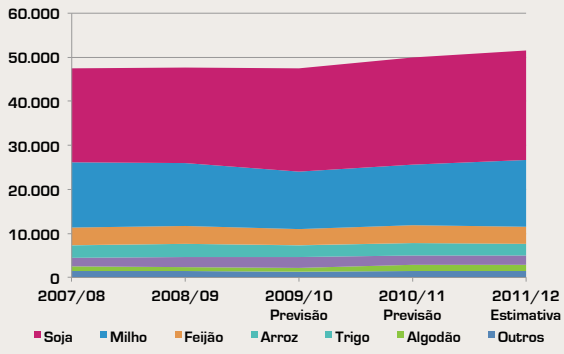
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

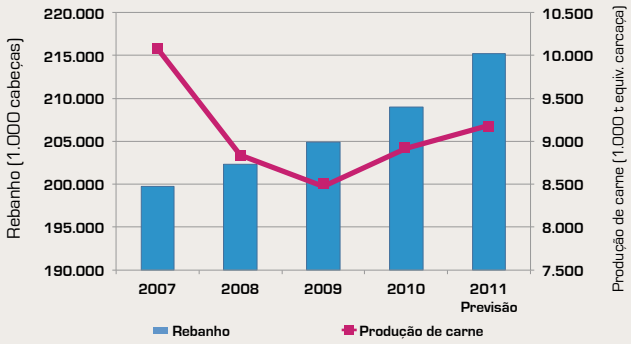
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

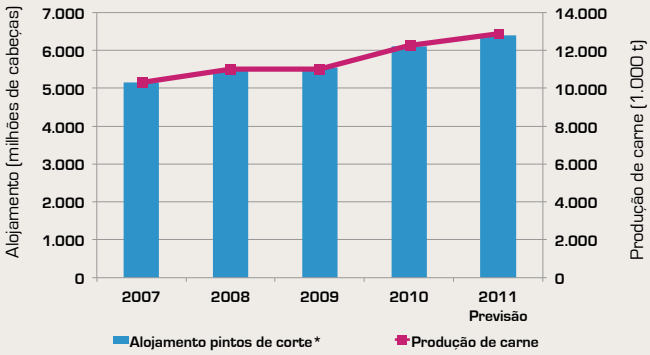
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



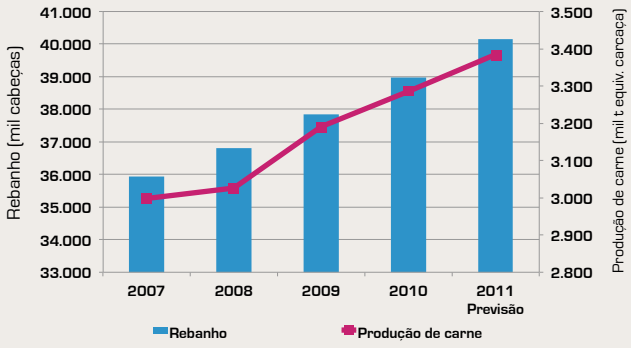
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



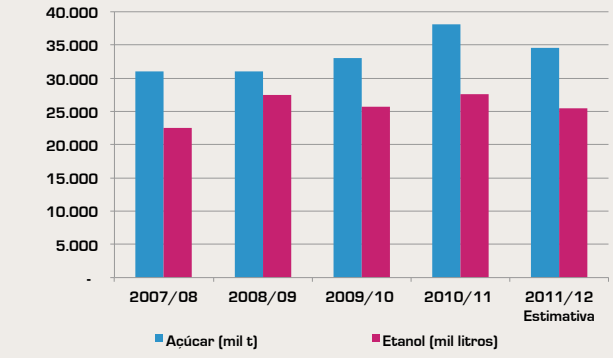
Nota: *o alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



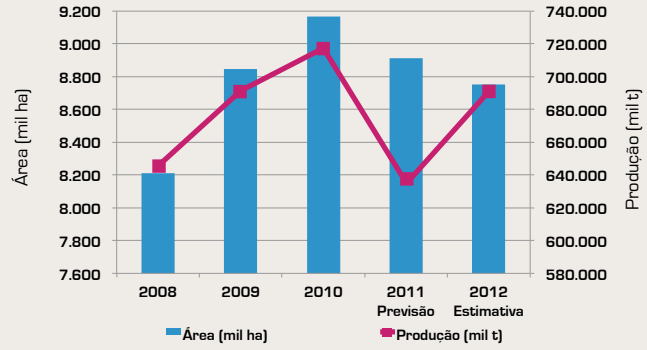
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



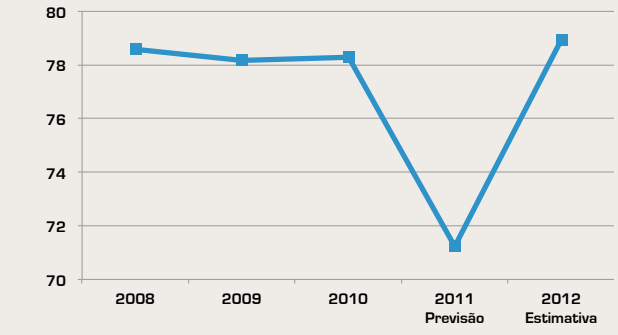
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE